

UNIVERSIDADE DE TRÁS- OS- MONTES E ALTO DOURO

AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA LUTA CONTRA A POBREZA E
EXCLUSÃO SOCIAL

O caso do projeto “Luta contra a pobreza: um projeto novo de cidadania”

Relatório Profissional de Mestrado em Serviço Social: Ramo Território e
Desenvolvimento



Autora: Ana Catarina Duarte Moitinho de Oliveira
Docente Orientadora: Prof. Doutora Hermínia Gonçalves

Vila Real, 2014

UNIVERSIDADE DE TRÁS- OS- MONTES E ALTO DOURO

**AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA LUTA CONTRA A POBREZA E
EXCLUSÃO SOCIAL**

O caso do projeto “Luta contra a pobreza: um projeto novo de cidadania”

Relatório Profissional de Mestrado em Serviço Social: Ramo Território e
Desenvolvimento

Autora: Ana Catarina Duarte Moitinho de Oliveira

Docente Orientadora: Prof. Doutora Hermínia Gonçalves

Composição do Júri:

Vila Real, 2014

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção de grau de Mestre em Serviço Social, sendo apresentado na Universidade de Trás – os – Montes e Alto Douro.

Ao Nuno, à Alice e ao Paco

AGRADECIMENTOS

Acreditando que nunca podemos escrever um relatório profissional sozinhos/as, este trabalho que é aqui apresentado contou com o apoio e inspiração de algumas pessoas que pretendo agradecer profundamente.

À Professora Doutora Hermínia Gonçalves por aceitar ser orientadora deste trabalho, pelo apoio, sugestões, raciocínios em consonância e amizade dispensada.

À organização onde trabalho, EAPN Portugal, Rede Europeia Anti – Pobreza pelo apoio, escola de aprendizagem, oportunidade, rigor, competência e profissionalismo. A toda a equipa desta grande organização com particular destaque para a Patrícia Grilo, Cristina Mamede, Maria José Vicente, Susana Lima, Cátia Azevedo, Ivone Florêncio, Sandra Araújo, Sérgio Aires e ao nosso sempre inspirador líder Pe. Jardim Moreira. É um orgulho trabalhar nesta equipa. O meu bem-haja!

Às minhas grandes amigas de cá e de lá pelo apoio e empurrões de incentivo: Dora Gomes, Ana Leonor Duarte, Patrícia Grilo, Madalena Duarte, Lucília Ferreira, Vânia Fonseca, Cristina Mamede, Ana Luísa Moutinho e Cristiana Cubal.

Em último, mas sempre em primeiro, o meu profundo agradecimento à minha família. Aos meus pais, Adosinda e César, que sempre me educaram com base na honestidade e verdade proporcionando-me uma educação superior apesar de todos os sacrifícios daqueles tempos. Obrigada por acreditarem em mim.

Ao meu parceiro desta vida e meu grande amigo Nuno, que ao longo de todo este trabalho esteve sempre ao meu lado com muita paciência a apoiar-me, a ajudar-me dando-me a força e a energia para continuar a seguir o meu caminho.

Às minhas irmãs, Marta e Joana que apesar de estarmos longe, estamos sempre muito perto. Obrigada pela paciência de me aturarem e pelos conselhos que sempre me deram. Às minhas maravilhosas sobrinhas Clara e Rita pelas alegrias e inspiração.

À minha avó Glória e à D. Maria José pela sabedoria que sempre transmitem nas suas palavras simples, mas vindas do coração.

E, as minhas palavras finais são para ti, Alice. Começámos este trabalho juntas, tu ainda na minha barriga. És a minha inspiração e é por ti que vou continuar a acreditar que podemos lutar sempre por uma sociedade mais justa e mais igual. Não é uma frase feita. Um dia vais ver que será a realidade, basta acreditares.

RESUMO

A experiência profissional em análise foca-se no Projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” desenvolvido no Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A descrição e avaliação da experiência permite uma reflexão das metodologias participativas utilizadas neste projeto, seus alcances e limites e situando sempre essa análise com os contextos territoriais e marcos conceituais.

A partir da reflexividade das práticas participativas descritas e avaliadas, abordamos todo o quadro conceptual que suporta a experiência relatada nomeadamente: a pobreza e exclusão social na perspectiva de viragem de paradigma, parceria e trabalho em rede e governança, participação, empowerment e metodologias participativas como estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.

Revimos as teorias do serviço social, nomeadamente a teoria sistémica e ecológica, a teoria do desenvolvimento comunitário e a teoria da capacitação e advocacia com o objetivo de convergir cada teoria à prática profissional em análise, ou seja, ao objeto investigado. Recapitulando o cenário de luta contra a pobreza e exclusão social, descrito à luz da revisão teórica e da experiência profissional, lançámos algumas pistas para contribuir para a utilização de metodologias participativas na luta contra a pobreza de forma mais eficaz, assim como sinalizámos algumas estratégias de investigação – ação para o futuro.

Palavras Chave: Pobreza, Exclusão, Metodologias Participativas; Empowerment; Parceria e Participação.

ABSTRACT

The professional experience in analysis focuses on Project " Combating Poverty: a new citizenship project " developed in the European Year for Combating Poverty and Social Exclusion. The description and evaluation of the experience allows a reflection of the participatory methodologies used in this project, it's scope and limitations, and always placing this analysis with the territorial contexts and conceptual frameworks.

From the reflexivity of participatory practices described and evaluated , we broached the entire conceptual framework that supports the reported experience, including: poverty and social exclusion in the prospect of turning paradigm , partnership and networking and governance, participation, empowerment and participatory methodologies as strategies to combat poverty and social exclusion.

We have reviewed the theories of social services, including systemic and ecological theory, the theory of community development and the theory of empowerment and advocacy in order to converge each theory to professional practice in the analysis, which means, the investigated object . Recapping the scene of the fight against poverty and social exclusion, described in the light of the literature review and professional experience, we launched some clues to contribute to the use of participatory methodologies in the fight against poverty more effectively, as signaled some strategies research - action for the future.

Key words: Poverty, Exclusion, Participatory Methodologies, Empowerment, Participation and Partnership .

INDICE

LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. A EXPERIÊNCIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO....	5
1.1 Descrição e avaliação da experiência profissional.....	5
1.1.1. O contexto – um projeto com contornos inovadores.....	5
1.1.2. Descrição da experiência.....	9
1.1.3. Descrição das ações.....	14
1.2 Conclusões.....	35
CAPITULO II. PARA UMA COMPREENSÃO CONCETUAL.....	40
2.1. Marcos teóricos relacionados com o objeto investigado.....	40
2.1.1. Pobreza e exclusão social: da abordagem concetual à mudança de paradigma	40
2.1.2. Pobreza, exclusão social e inclusão: delimitação concetual.....	46
2.1.3. Atual paradigma da luta contra a pobreza e exclusão social.....	48
2.1.4. Parceria, trabalho em rede, governança como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.....	49
2.1.5. Participação e empowerment como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.....	56
2.1.5.1. Dos direitos de cidadania à democracia participativa.....	56
2.1.5.2. Para uma definição de participação.....	58
2.1.5.3. Para uma definição de empowerment ou empoderamento.....	61
2.1.6. As metodologias participativas como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.....	64
2.2. A prática profissional à luz das teorias do serviço social.....	67
2.2.1. Teoria sistêmica e ecológica.....	68

Índice

2.2.2. Teoria do desenvolvimento social e comunitário.....	70
2.2.3. Teoria da capacitação e da advocacia.....	72
2.2.4. Pontos de convergência entre as teorias do serviço social e a prática profissional.....	73
CAPITULO III. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUTOS PARA OPERACIONALIZAR METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXOS	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura do Relatório.....	3
Figura 2. Dimensões do conceito de Participação.....	58
Figura 3. Componentes do empowerment individual	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese das ações do projeto	14
Tabela 2. Ficha técnica da ação 1 “Oficinas Reflexão ação”.....	14
Tabela 2.1. Ficha técnica da ação 1 “Oficinas Reflexão ação” (Continuação)	17
Tabela 2.1.1. Análise <i>SWOT</i>	19
Tabela 2.1.2. Grelhas de orientação.....	20
Tabela 2.1.3. Focus Group ou grupos de discussão.....	21
Tabela 3. Ficha técnica da ação 2 “Workshops temáticos”.....	22
Tabela 3.1. Role Play.....	23
Tabela 3.2. Metodologia World Café.....	24
Tabela 3.3. Inquérito Apreciativo.....	25
Tabela 3.4. Debate.....	26
Tabela 4. Ficha técnica da ação 3 “Espetáculo Cultural”.....	27
Tabela 5. Ficha técnica da ação 4 “Workshop final: Participação de tod@s”.....	27
Tabela 5.1. Fóruns Comunitários.....	28
Tabela 6. Ficha técnica da ação 5 “Seminário Final: Estratégias locais, Territórios globais”.....	30
Tabela 6.1. Fórum Comunitário.....	30
Tabela 7. Ficha técnica da ação 6 “Sessão de Encerramento: apresentação pública”.....	32
Tabela 7.1. Histórias de Vida.....	32
Tabela 8. Síntese dos Instrumentos participativos.....	34
Tabela 9. Resultados e indicadores do projeto.....	36
Tabela 10. Resultados do projeto ao nível de produtos e ações.....	37
Tabela 11. Síntese dos últimos anos de luta contra a pobreza e exclusão social	44
Tabela 12. Diferenças e semelhanças das dimensões de participação	60
Tabela 13. Componentes do <i>empowerment</i> de pessoas e coletividades	62

Índice

LISTA DE SIGLAS

ALJ – Alijó

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CRI – Centro de Respostas Integradas

EAPN – European Anti- Poverty Network

MRC – Murça

MSF – Misericórdias de Fátima

ONG – Organizações Não Governamentais

PNAECPES – Programa Nacional do Ano Europeu contra a Pobreza e Exclusão Social

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PNR – Programa Nacional de Reformas

PRG – Plano Regional de Gestão

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

RSI – Rendimento Social de Inserção

SBR – Sabrosa

SMP – Santa Marta de Penaguião

UE – União Europeia

VLR – Vila Real

INTRODUÇÃO

O presente relatório profissional é realizado no âmbito do Mestrado em Serviço Social – Território e Desenvolvimento da Universidade de Trás – os Montes e Alto Douro. Tem como finalidade a realização de uma reflexão crítica acerca das metodologias participativas utilizadas em projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, nomeadamente no projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” promovido pela European Anti – Poverty Network (EAPN) Portugal, Núcleo Distrital de Vila Real no âmbito de uma candidatura ao Programa Nacional do Ano Europeu Contra a Pobreza e Exclusão Social (PNAECPES), em 2010.

Partindo deste objeto de estudo identificamos a seguinte questão central: como se caracterizam as metodologias participativas na luta contra a pobreza e exclusão social? Assim, definimos como questões específicas: de que forma o projeto “Luta contra a pobreza, um novo projeto e cidadania” apropriou as metodologias participativas no desenvolvimento a sua ação? De que forma o projeto “Luta contra a pobreza: um novo projeto de cidadania” desenvolveu processos de participação?

Do ponto de vista do objeto de estudo, este relatório profissional vai obedecer uma linha de pensamento que parte da experiência profissional vivenciada que será analisada e avaliada para, no capítulo seguinte, encontrarmos o quadro concetual do objeto de estudo relacionando a prática profissional com as teorias do serviço social. Após uma análise das metodologias participativas utilizadas no projeto (experiência profissional) e uma análise das metodologias participativas encontradas no quadro teórico propomos um conjunto de elementos para operacionalizar estratégias de participação a partir das metodologias participativas de luta contra a pobreza.

Do ponto de vista metodológico, o presente relatório parte da observação da prática profissional e reflecte-a à luz dos marcos teóricos da pobreza e desenvolvimento, participação, empowerment, parceria e rede. Neste sentido, a abordagem metodológica adotada tem por base a discussão entre o sujeito e o objeto observado. Na linha de Martins (2002), e refletindo sobre as noções da prática de Pierre Bourdieu defende-se: “(...) Bourdieu apontou a necessidade de se proceder a uma objetivação do próprio campo de produção científica a fim de neutralizar os efeitos de determinações sociais e das posições ocupadas pelos pesquisadores nesse espaço social” (Martins, 2002, p. 165). Ou seja, a análise de objetos pelos cientistas sociais que estão muito próximos da prática profissional deve ser alvo de uma “vigilância reflexiva (...) buscando operar

Introdução

uma ruptura não apenas com as representações espontâneas mas também com as crenças íntimas, conscientes e inconscientes dos profissionais do pensamento” (Martins, 2002, p. 165). Tal como nos diz Martins (2002), esta vigilância deve problematizar a relação “natural” que o investigador estabelece com o objeto estudado.

A prática profissional descrita neste relatório insere-se na abordagem da investigação etnográfica defendida por autores como Caria (2005), nomeadamente na definição consagrada de etnografia: *“uma forma de investigação que recolhe dados com a preocupação de compreender a (i)racionalidade do outro, o outro cultural, o outro submisso, o outro iletrado, o outro não ocidental”* (Caria, 2005, p. 4).

Neste sentido, o mesmo autor refere que a etnografia é muito útil para abordar o que se encontra mais próximo. Citando novamente Caria (2005): *“a etnografia permite ao investigador ver-se naquilo que já pensava conhecer, evidenciando o seu etnocentrismo”* (Caria, 2005, p. 5).

A investigação etnográfica da experiência profissional a vivência de terreno como técnica da EAPN Portugal, nomeadamente no contexto deste projeto, permitiu uma análise reflexiva, tal como foi referenciado anteriormente por Bordieu em conjugação com uma abordagem etnográfica pressupondo o procedimento de observação participante defendida por Caria (2005): *“ele está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objecto científico legítimo. Tem de se pensar a si próprio na relação com o outro.”* (Caria, 2005, p. 5)

Relacionando com o objeto estudado neste relatório, pretende-se realizar uma reflexividade de práticas participativas tendentes à compreensão de fenómenos sociais como o alcoolismo, a pobreza, a violência doméstica, e à interpretação das relações de cooperação dos atores envolvidos, ou seja, a ação coletiva que contribui para a consolidação de práticas.

A figura que se segue resume toda a estrutura na elaboração do presente relatório profissional.

Figura 1 – Estrutura do Relatório

Estrutura do Relatório	
I. INTRODUÇÃO	
<p>CAPITULO I. A EXPERIÊNCIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO</p>	<p>1.1 DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</p> <p>A experiência profissional em análise foca-se no Projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” desenvolvido no Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A descrição e avaliação da experiência permite uma reflexão das metodologias participativas utilizadas neste projeto, seus alcances e limites e situando sempre essa análise com os contextos territoriais e marcos conceptuais.</p> <p>1.2 CONCLUSÕES</p> <p>Este ponto resume os resultados do projeto analisado ao nível de indicadores, produtos e ações indo ao encontro de uma reflexão conclusiva de toda a experiência profissional.</p>
<p>CAPITULO II. PARA UMA COMPREENSÃO CONCETUAL</p>	<p>2.1 MARCOS TEÓRICOS RELACIONADOS COM O OBJETO INVESTIGADO</p> <p>A partir da reflexividade das práticas participativas descritas e avaliadas no capítulo anterior, neste capítulo II abordamos todo o quadro conceptual que suporta a experiência relatada nomeadamente: a pobreza e exclusão social na perspectiva de viragem de paradigma, parceria e trabalho em rede e governança, participação, <i>empowerment</i> e metodologias participativas como estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social.</p> <p>2.2. A PRÁTICA PROFISSIONAL À LUZ DAS TEORIAS DO SERVIÇO SOCIAL</p> <p>Este sub capítulo pretende rever as teorias do serviço social, particularmente a teoria sistémica e ecológica, a teoria do desenvolvimento comunitário e a teoria da capacitação e advocacia com o objetivo de convergir cada teoria à prática profissional em análise, ou seja, ao objeto investigado.</p>
<p>CAPITULO III. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUTOS PARA OPERACIONALIZAR METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL</p> <p>Recapitulando o cenário de luta contra a pobreza e exclusão social descrito anteriormente à luz da revisão teórica e da experiência profissional, pretende-se com este capítulo lançar algumas pistas e recomendações para contribuir para a utilização de metodologias participativas na luta contra a pobreza de forma mais eficaz, assim como sinalizar algumas estratégias de investigação – ação para o futuro.</p>	

Introdução

A partir da leitura da figura anterior, podemos ficar com uma visão mais abrangente dos principais pontos abordados neste trabalho, o que permitirá ajudar a situar a leitura da investigação.

Assim sendo, o capítulo que se segue pretende partir da experiência profissional: contextualização, descrição (da experiência e das ações do projeto) e avaliação da mesma seguindo-se de conclusões do capítulo que apresenta os resultados da experiência em indicadores, ações e projetos delineados.

CAPITULO I. A EXPERIÊNCIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

1.1 DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1.1.1 O contexto - um projeto com contornos inovadores

Quase 84 milhões de europeus vivem no limiar da pobreza, o que significa que vivem num clima de insegurança e sem aquilo que a maioria das pessoas tem como garantido. Viver na pobreza pode conduzir a outras situações problemáticas, desde não ter dinheiro para comprar comida ou roupas a viver em condições de habitação precárias ou até mesmo ao desalojamento. Viver na pobreza implica ainda ter um estilo de vida limitado que pode levar à exclusão social. A União Europeia (U.E.), inspirada pelo princípio fundador da solidariedade, uniu forças com os Estados-Membros para fazer de 2010 o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Os principais objetivos desta iniciativa foram o alertar de consciências para estes problemas e renovar o compromisso político da UE e dos seus Estados-Membros no combate à pobreza e à exclusão social. O Ano Europeu 2010 pretendeu dar voz às preocupações das pessoas que vivem situações de pobreza e a exclusão social e motivar os europeus a participarem e a ajudarem a resolver esta problemática.

Esta iniciativa teve também como objetivo alterar o estereótipo e a perceção generalizada da pobreza, abraçando dois dos princípios fundamentais da U.E., solidariedade e parceria. 2010 representou uma chamada de alerta para unir esforços e combater as causas da pobreza para que todos os cidadãos possam ter um papel ativo na nossa sociedade. A filosofia subjacente ao Ano Europeu 2010, passou por congregar um conjunto de esforços de organizações da sociedade civil e de parceiros sociais para realizarem uma série de atividades em torno de combate à pobreza.

Situando de forma genérica o objeto de estudo deste relatório profissional, o projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” que focou a sua intervenção num objetivo principal de carácter geral, permitindo reforçar a coesão de sete comunidades locais da plataforma supra concelhia do Douro, nomeadamente os concelhos de Alijó, Vila Real, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Murça. Esta coesão foi promovida a partir do envolvimento dos diferentes parceiros na elaboração de estratégias efetivas, participadas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social e sensibilizando a comunidade local para a co – responsabilização neste processo.

Esta visão do ano europeu no sentido de combater a pobreza e exclusão a partir de uma cidadania mais ativa e a visão do projeto encetado pela EAPN Portugal no sentido fazer cumprir o seu objetivo geral e reforçar a coesão do território a partir da compreensão de fenómenos sociais e a interpretação das relações de cooperação entre os atores, leva-nos a refletir sobre a forma como encaramos o ideal de democracia participativa e a social democracia. A coesão socio-territorial é, de facto, um objetivo que compromete atores institucionais e territoriais locais, mas que também compromete a estratégia nacional e europeia. Há territórios deprimidos que, do ponto de vista económico, têm processos de estagnação e envelhecimento populacional com evidentes dificuldades de operacionalizar as metas do combate à pobreza e da inclusão socio – laboral e, por inerência, da democracia participativa, muito embora seja relevante a abordagem destes modelos de democracia num período marcado pela crise do modelo neoliberal.

Neste contexto rural em que é desenvolvido este projeto, importa assim referenciar esta perspetiva no sentido de alertar para o facto de que terá de haver sempre um ajustamento entre os territórios / contextos aos modelos e perspetivas mais participativas sendo que esse ajustamento tem de ter em conta as dificuldades e limitações destes territórios.

A EAPN Portugal encarou o ano de 2010 como uma oportunidade, dando mais visibilidade ao combate à pobreza e exclusão social realizado por esta organização desde 1991. Neste sentido, a partir da submissão de candidaturas a projetos financiados pelo Estado Português e Comissão Europeia, a EAPN Portugal apresentou dezoito candidaturas ao PNAECPEs, tendo sido aprovadas todas as candidaturas com pontuação elevada.

É neste contexto, que surge o nosso objeto de trabalho profissional, o projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania”, promovido pelo Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal. No âmbito da elaboração do projeto e uma vez que os prazos apresentados pelo PNAECPEs foram demasiado curtos, apenas foi possível apresentar o projeto aos parceiros na fase de convite para parceria. No entanto, o Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal, a partir da sua experiência no território, objetivos e estratégias, foi sinalizando um conjunto de prioridades tornando-se peças cruciais para a elaboração da candidatura deste projeto. Aliado a este facto, e apesar da estrutura metodológica ter sido apresentada aos parceiros à *posteriori*, é sem dúvida verdade que os temas / problemáticas abordadas ao longo do projeto foram

escolhidos / sinalizados pelos próprios parceiros. Este projeto deixou claramente espaço e margem de manobra para a planificação nomeadamente na definição das sete problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

Assim sendo, o projeto em análise contou com a confiança de 19 parceiros¹ que consideraram que a partir da união de esforços poderiam implementar um combate mais eficaz da pobreza e da exclusão social ao nível local. Este consórcio de parceiros caracterizou-se pela sua diversidade de perfis institucionais desde instituições públicas com funções ligadas ao desenvolvimento local como os municípios, a instituições também públicas ligadas ao ensino superior, básico e secundário, à cultura e à saúde. De destacar o envolvimento das instituições pertencentes ao terceiro sector, nomeadamente com a parceria com as redes sociais a partir dos seus CLAS. Esta panóplia de parceiros foi relevante para conseguirmos o envolvimento de todos os *stakeholders* na luta contra a pobreza, tendo em conta que o fenómeno da pobreza é multidimensional e, por isso, a co-responsabilidade deve ser de todos os setores.

Contrariamente ao que inicialmente estava previsto em candidatura, todos os projetos aprovados durante esse ano iniciaram –se com cerca de três meses de atraso comprometendo desta forma a calendarização de algumas das ações. No projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” todas as ações previstas foram executadas com a exceção de uma, visto que se sobrepunha a uma ação (construção de uma *wikispaces*) promovida pela Plataforma Supra Concelhia do Douro, cujo início ocorreu depois da elaboração da referida candidatura.

Do ponto de vista do conteúdo, este projeto foi desenhado de modo a permitir a concretização de seis ações fundamentais em torno do objetivo central: reforçar a coesão de sete comunidades locais da plataforma supra concelhia do Douro a partir do envolvimento dos *stakeholders* na elaboração de estratégias efetivas, participadas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social e sensibilizando a comunidade local para a co-responsabilização neste processo. Neste sentido, pretendeu-se demonstrar a importância do trabalho em rede e em parceria no combate à pobreza e exclusão social e demonstrar aos CLAS que é possível o envolvimento dos públicos excluídos e desfavorecidos, bem como o envolvimento dos parceiros dos CLAS. De uma forma geral, em todas as ações foi possível trabalhar preconceitos e estereótipos,

¹ Este projeto teve assim a colaboração dos seguintes parceiros: municípios de Alijó, Vila Real, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Murça; redes sociais de Alijó, Vila Real, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Murça; Universidade de Trás os Montes e Alto Douro; Instituto da Droga e da Toxicodependência; Culturval e Teatro de Vila Real.

dar visibilidade às questões da pobreza e exclusão social e ao combate à pobreza, trabalhar a coesão do grupo, trabalhar em parceria e envolver os destinatários nas ações de forma participada.

A primeira linha de atuação foi reunir os CLAS e tentar mobilizá-los para o planejamento, e concretização de uma estratégia / projeto que fosse ao encontro dos problemas diagnosticados em cada concelho. Este espaço foi chamado de oficina reflexão – ação porque a partir da reflexão chegou-se à ação. Assim sendo, foram organizadas sete oficinas em sete territórios, com o objetivo de discutir as problemáticas sinalizadas pelos atores desses territórios, encontrar soluções ou estratégias de enfrentamento em parceria e em rede para implementar nos anos seguintes.

A segunda linha de atuação passou por ouvir as pessoas em situação de pobreza em quatro temas fundamentais e transversais a todos os territórios – igualdade de género; pobreza e exclusão; alcoolismo e competências sociais, pessoais e relacionais – em formato de *workshop* temático. Cada tema contou com a orientação de um facilitador, que apesar de contextualizar as temáticas junto dos participantes, atribuiu importância às percepções do grupo sobre os temas, que se fizeram ouvir, através de relatos das suas próprias experiências de vida, enunciando contributos específicos e formas de enfrentamento para alguns dos problemas em discussão.

Num terceiro momento, um momento de debate alargado, pretendeu-se captar as opiniões dos vários públicos / participantes sobre cada estratégia encontrada nas oficinas reflexão – ação e nos *workshops* temáticos. Realizou-se um *workshop* final, “Participação de tod@s”, com o objetivo de mobilizar a reflexão das pessoas em situação de pobreza em torno das estratégias encontradas em CLAS. Paralelamente, o seminário final “Estratégias locais, Territórios globais”, correspondeu ao momento em que todos tiveram oportunidade de debater as estratégias definidas por cada território, assim como as visões dos técnicos e os contributos das pessoas em situação de pobreza.

A última ação do projeto reuniu todos os públicos num espetáculo cultural que promoveu a participação dos destinatários implicando o desempenho de um papel ativo e participante num evento que conjugou dinâmicas, promovendo a coesão grupal e o espírito de equipa necessários para a mobilização de todos na luta contra a pobreza e exclusão social.

Por fim, considerou-se fundamental a disseminação das conclusões deste projeto através da organização da publicação “Estratégias coletivas e territorializadas de luta

contra a pobreza e exclusão social”, que foi disseminada junto dos CLAS envolvidos e de outros organismos relacionados com o combate à pobreza e exclusão social.

1.1.2 Descrição da experiência

O Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti – Pobreza intervém no distrito de Vila Real há oito anos e, cada vez mais, temos vindo a perceber que um dos obstáculos ao combate à pobreza e exclusão social neste distrito é a participação associada à cooperação.

Em termos de orientação teórica e concetual, subscrevemos Guerra e Alves et al. (2006 e 2007; cit. Relatório de Avaliação Final, 2011, p.5) que consideram que a experiência da cooperação é fundamental para aumentar e estimular a participação. Vejam – se algumas das ideias presentes:

- A participação aumenta a capacidade de entendimento dos problemas e a possibilidade de estes assumirem significados coletivos;
- A interação com outros indivíduos, incluindo decisores, aumenta e estimula a atividade política;
- A pertença a organizações aumenta o acesso à informação e fornece recursos e talentos essenciais para a atividade social;
- A participação em grupos aumenta a sensibilidade e aceitação do processo democrático.

Efetivamente estas ideias estão em todos os objetivos do projeto desenvolvido destacando-se, desde logo, a importância da ativação da participação, por exemplo, quando os membros do CLAS identificam as problemáticas a abordar e definem planos de ação territorializados, como quando os públicos desfavorecidos definem, a partir das suas vivências, estratégias de enfrentamento ou minimização de danos. A ideia transmitida, no que diz respeito à relação entre interação dos indivíduos e a estimulação e aumento de atividade política, consideramos que, no projeto em concreto, aumenta a ação coletiva e a forma como os problemas são vistos pelo coletivo.

Do mesmo modo merecem destaque autores como Ostrom (2009) que desenvolveu a sua investigação defendendo que a governança pressupõe a partilha de recursos como a terra e os ecossistemas estabelecendo uma relação sustentável entre o homem e os ecossistemas, Putnan (2005), Gonçalves (2011), Cristóvão (2010) entre outros, para os quais a governação dos assuntos públicos, nomeadamente os assuntos da coesão social e territorial, pressupõem encontrar estratégias comuns assentes em processos de

cooperação e coordenação de recursos a partir de estruturas institucionais mais flexíveis, atentas aos princípios da democracia participativa, como a parceria.

Estiveram presentes concepções da pobreza e de exclusão social, que atentam ao caráter estrutural, mas também cultural da pobreza implicando um posicionamento eclético sobre o tema. Nomeadamente em Bruto da Costa (1998) cujas dimensões da exclusão apontam para uma multidimensionalidade inquestionável: económico, institucional, territorial, simbólico e de sociabilidades.

O estado da arte será retomado no capítulo II onde se explicitam elementos teóricos fundamentais – pobreza, governança, parceria, participação e *empowerment* – para compreender a abordagem do projeto, a sua construção “aberta” com espaço de manobra, todo o processo de implementação e finalmente a presente reflexividade sobre a prática profissional.

No entanto, a descrição da experiência implica o desenvolvimento do raciocínio teórico que referimos nos parágrafos anteriores.

O projeto em análise foi desenhado para melhorar o processo de participação e cooperação e, em alguns casos, para tentar fazer renascer esse processo e/ou renová-lo. Quisemos que este projeto fosse aproveitado por todos os parceiros como um espaço de experimentação e reflexão de possíveis projetos de participação e cooperação dos territórios. O envolvimento dos parceiros aconteceu na fase posterior ao delineamento do projeto, uma vez que o período de candidaturas a este programa decorreu, no nosso país, num curto espaço de tempo, levando as organizações interessadas a um envolvimento imediato.

A implementação do projeto teve como metodologia base a participação em domínios e espaços diversificados. Ao nível do programa Rede Social, foi diagnosticado e enquadrado na oficina de reflexão - ação, de forma participada em cada concelho/ território, o problema a ser trabalhado. Isto significou que partimos da participação dos parceiros dos CLAS para perceber, à priori, os problemas identificados e encontrar, com os próprios atores locais, uma estratégia de intervenção adequada aos seus contextos socio-territoriais. Estes processos de reflexão ação assentavam em decisões participadas, sobre estratégias a desenvolver, que envolviam os CLAS. No âmbito do nosso projeto tratar-se-ia de encontrar estratégias de ação de enfrentamento aos problemas avançados. Tais estratégias integrariam os planos de ação futuros das respetivas redes sociais. Esta metodologia permitiu aumentar o envolvimento dos parceiros, patente no sentimento e nos compromissos explicitados, nomeadamente, desenvolverem:

- Maior implicação na resolução do problema diagnosticado por eles;
- Melhor comunicação e circulação da informação dentro das próprias redes sociais, tornando o processo de comunicação mais eficaz e transparente;
- Maior motivação para a cooperação e o trabalho de equipa;
- Mais rentabilização dos recursos e respostas do concelho;
- Melhorar a intervenção social;
- Envolvimento dos parceiros da área não - social, responsabilizando-os também pelo desenvolvimento de processos de combate à pobreza e exclusão que contribuam para o desenvolvimento do território.

Se, de um lado, tivemos a intervenção com Redes Sociais baseada na metodologia participativa; do outro lado fomos desenvolvendo, simultaneamente, estruturas de participação com pessoas em situação de pobreza, nomeadamente beneficiários da prestação social do regime não contributivo da Segurança Social – o Rendimento Social de Inserção (RSI), envolvendo os beneficiários numa estratégia que passava também pelo seu envolvimento na governança de assuntos públicos que a eles diziam respeito.

Ao longo do nosso trabalho, temos vindo a perceber que existem demasiados preconceitos acerca dos beneficiários do RSI. Estes preconceitos têm origem, não só na sociedade civil, mas também nos técnicos que trabalham diretamente com esta população, dirigentes políticos e nos próprios beneficiários da medida. Na intervenção social é cada vez mais difícil mudar as mentalidades, mas é nossa responsabilidade, enquanto cidadãos, perceber a origem destes preconceitos e tentar desconstruir e desmistificar, ainda que muitas vezes nos pareça quase impossível. Este projeto pretendeu prosseguir este fim.

Temos consciência que demos mais um passo nesta mudança de mentalidades a partir de métodos inovadores e participados. Assim sendo, os beneficiários do RSI sinalizados pelas equipas protocoladas para trabalhar nesta medida ou pelas Redes Sociais dos sete concelhos trabalharam quatro temas:

- Igualdade do género;
- Competências pessoais, sociais e relacionais;
- Alcoolismo;
- Pobreza e exclusão.

Na perspetiva de perceber cada um destes problemas e fazer ouvir os contributos que esta população pode dar para enfrentar os obstáculos que encontra quando se depara

com a desigualdade salarial entre homens e mulheres, quando se é doente alcoólico e não se têm respostas sociais ao nível do tratamento ou, então, não se sabe a quem se dirigir, partimos, nesta ação em concreto, mais uma vez, de com uma metodologia participativa e integradora de “baixo para cima”.

Passada esta fase de auscultação, precisámos de encontrar ações que permitissem colocar as pessoas em reflexão e comunicação em torno do trabalho realizado. Realizamos assim o *workshop* final “Participação de tod@s”, permitindo que os técnicos das Redes Sociais explicassem os projetos delineados em contexto de oficina reflexão - ação aos destinatários finais - os beneficiários do RSI. Esta fase da participação permitiu perceber que os problemas das pessoas que vivem em situação de desfavorecimento social, por vezes, não são os problemas pensados e diagnosticados pelos membros dos CLAS.

Destaca-se a metodologia utilizada das histórias de vida no final deste projeto com o objetivo de realçar os testemunhos em primeira pessoa a partir de entrevistas individuais. No entendimento de Gonçalves e Cristóvão (2012), as histórias de vida utilizadas neste projeto contribuíram *“para a revelação e apropriação da experiência pelos participantes, promovendo o seu progressivo empoderamento através da consciencialização dos problemas e da identificação das redes formais de suporte social. Além disso, o contexto da entrevista funcionou como um espaço no qual os participantes reconsideraram os seus percursos e seus recursos, a sua identidade e perspetivas de futuro. Este momento foi determinante para a definição de uma ação partilhada de compromissos multilateral”* (Gonçalves e Cristóvão, 2012, p. 17).

Claramente identifica-se a importância de dar voz às pessoas e estabelecer planos e programas de inserção no sentido das necessidades sentidas na primeira pessoa.

Há uma necessidade emergente de criar espaços de aproximação para estes dois grandes grupos de atores, sendo que esta aproximação poderá passar pela melhoria de linguagem e comunicação. Muitas vezes, as atividades das Redes Sociais não são dadas a conhecer aos restantes atores do concelho. Esta será, porventura, uma pista de orientação para possíveis planos de ação das Redes Sociais.

Outro espaço/ ação deste projeto focou-se na partilha de todos os resultados num momento de participação inovador. Realizámos o seminário final, intitulado “Estratégias locais, territórios globais”, cuja metodologia foi inovadora, detendo sobretudo as ferramentas necessárias para um cenário que tendencialmente será mais participativo.

Os comentadores tiveram acesso prévio a um documento intitulado “guião de debate”, cujo objetivo foi explicar a metodologia e objetivos do seminário e lançar três questões (previamente preparadas pela organização) muito diretas e objetivas. Estas questões foram lançadas aos convidados no decorrer do seminário, os quais tiveram cerca de 10 minutos para desenvolver as suas respostas.

Esta metodologia tinha subjacente a preocupação de imprimir uma maior dinâmica à participação, envolvendo todos os *stakeholders* num diálogo fluído e refletido sobre os problemas locais e sobre as estratégias de superação desses problemas. O seminário de reflexão foi conduzido por moderadores / facilitadores que, por cada tema, colocavam questões do guião de debate, aos convidados / palestrantes. Após cada conjunto de respostas, o facilitador sintetizava a discussão da mesa e dirigia uma questão / síntese ao público em geral, a qual, poderia diferir das questões elencadas no guião de debate.

A seleção do moderador teve em conta competências de comunicação e de facilitação, da participação. Com esta metodologia pretendia-se colocar todos os atores em pé de igualdade na possibilidade de participar nas temáticas tratadas.

Percebeu-se claramente que os territórios devem ajustar-se aos seus habitantes e aos seus problemas e não o inverso. Um exemplo apresentado foi a inexistência de uma rede de transportes eficaz em muitos concelhos. Este fator foi apontado como potenciador de exclusão e causador de desemprego em alguns casos. Com a presença de membros dirigentes, conseguimos levar esta preocupação aos detentores do poder político.

Desta forma, consideramos que a metodologia adotada contribuiu para diminuir a distância entre o poder local e os cidadãos. O objetivo deste projeto, com estas metodologias ativas de participação, era imprimir a dinâmica necessária aos processos de desenvolvimento, fornecendo ferramentas aos parceiros para continuarem a crescer e a adotar métodos participativos depois de 2010.

Consideramos que é fundamental perceber e ouvir os contributos daqueles que beneficiam das políticas públicas e das medidas sociais. Ouvi-los de forma estruturada e perceber até que ponto as ações que fazemos estão a ir ao encontro aos problemas reais da população. E se não estão, onde podemos melhorar? Podemos ter um concelho recheado de recursos e respostas, mas podemos não estar a rentabilizar esses recursos e respostas. Num período de crise como o que vivemos, teremos que pensar, cada vez mais, em cooperar a partir de processos participativos e parcerias efetivas. É este o nosso caminho.

1.1.3 Descrição das ações

A tabela 1 sintetiza todas as ações decorridas no âmbito deste projeto nomeadamente a sua designação, tipologia e cronologia.

Tabela 1 – Síntese das ações do projeto

N.º	Designação da ação	Tipo de ação	Data de início	Data de fim
1	Oficinas Reflexão Ação	Encontro/Seminário/Workshop/Fórum	26-05-2010	14-07-2010
2	Workshops temáticos	Encontro/Seminário/Workshop/Fórum	27-05-2010	25-08-2010
3	Espectáculo Cultural	Campanhas informativas e formativas	17/10/210	17-10-2010
4	Workshop final	Encontro/Seminário/Workshop/Fórum	10-09-2010	10-09-2010
5	Seminário Final	Encontro/Seminário/Workshop/Fórum	14-10-2010	14-10-2010
6	Publicação	Campanhas informativas e formativas	22-12-2010	22-12-2010

Cada uma destas ações foi desenvolvida a partir da definição de objetivos específicos que contribuirão para atingirem as metas propostas a partir de conteúdos, metodologias e técnicas participativas. Neste sentido, nas tabelas que se seguem descrevemos a ficha técnica de cada ação deste projeto nas suas principais dimensões, assim como destacamos os instrumentos participativos utilizados indicando os resultados da sua utilização para a realidade empírica.

Tabela 2 – Ficha técnica da ação 1 “Oficinas Reflexão Ação”

Problemática	Violência Doméstica (v.d.)	Participação	Participação	Sem Abrigo
Objetivo geral	Delinear uma estratégia de ação a partir da análise swot promovida em contexto de grupo de discussão			
Objetivos específicos	Compreender v.d.	Compreender o papel da participação no CLAS	Compreender o papel da participação no CLAS	Apresentar a E.N.I.P.S.A. ² ; perceber a identificação do problema.

² Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo.

Tabela 2 – Ficha técnica da ação 1 “Oficinas Reflexão Ação” (Continuação)

Problemática	Violência Doméstica (v.d.)	Participação	Participação	Sem Abrigo
Conteúdos	Quebra-gelo, conceito de v.d., perfil de vítimas, fatores de manutenção; causas	Rede Social; parceiros e parceria; atividades participativas; qualidade participativa	Rede Social; parceiros e parceria; atividades participativas; qualidade participativa	Conceito de sem abrigo; metodologia de trabalho da E.N.I.P.S.A.
Metodologias Participativas	Análise Swot; grelhas de orientação para a elaboração de estratégias de intervenção; focus group			
Território	Peso da Régua	Alijó	Santa Marta de Penaguião	Vila Real
Nº de participantes abrangidos	22	14	17	11
Nº de participantes previsto	70			

Analisando esta tabela e refletindo sobre os seus conteúdos podemos claramente identificar que, nestas quatro oficinas, tentou-se focar a sua especificidade na compreensão dos fenómenos sociais, ou problemáticas identificadas. Ou seja, para a definição de uma estratégia de ação foi necessário trabalhar com os parceiros / atores chave a identificação e compreensão da problemática através de uma problematização mais focada no território, como no caso da violência doméstica em que a partir das experiências dos atores foi-se chegando a um consenso no que diz respeito à violência doméstica, ao perfil das vítimas e agressores e ainda aos fatores de manutenção e causas da violência doméstica para depois chegarmos às estratégias de enfrentamento com o coletivo. Os parceiros identificaram esta problemática como sendo transversal nas várias áreas de atuação destes parceiros.

Deste modo, foi possível observar um nível de envolvimento dos parceiros mais coeso e capaz de mobilizar os atores institucionais locais em torno de uma atuação integrada e intersetorial. Subscrevendo Veiga e Lopes (2007), consolidou-se uma ideia neste grupo de que os problemas não são de um determinado grupo ou organização, mas pertencem a todos. Este foi o pressuposto mais importante para o início de um trabalho em rede.

No capítulo seguinte, exploraremos o conceito de trabalho em rede de acordo com as suas potencialidades e obstáculos. No entanto, considerámos fundamental deixar esta premissa de que para trabalhar em rede foi necessário primeiro uma identificação com o problema como de todos e não apenas de alguns.

Outro destaque relevante nesta oficina foi a identificação da necessidade de elaborar um plano concelhio de combate à violência doméstica tendo por base uma estratégia concelhia para este fenómeno. Neste sentido, é importante esta abordagem que nos remete para a importância que o planeamento estratégico deve ter quando queremos trabalhar de forma mais operacional.

No que respeita à problemática da participação, e tal como podemos ver na tabela 2, foram realizadas duas oficinas com o mesmo tema e cujas abordagens foram idênticas: o tema foi a participação dos *stakeholders* do CLAS. Ou seja, ambas as redes perceberam que a participação dos seus membros / parceiros necessitava de ser objeto de análise. No entanto, em ambos os casos, a forma como o território encarou esta oficina foi totalmente diferente do ponto de vista do envolvimento. No caso de Alijó, esta oficina foi participada na sua maioria por técnicos deixando cair os dirigentes / decisores políticos. A própria animadora da rede social inicialmente não demonstrou interesse em permanecer a totalidade do tempo na oficina. No caso de Santa Marta de Penaguião, contou-se com o envolvimento e presença de cinco dirigentes (autarcas), nomeadamente o presidente do CLAS.

Tal como foi dito anteriormente, a partir da reflexão de Guerra e Alves et al. (2006 e 2007), a interação com outros indivíduos, incluindo decisores políticos, aumenta e estimula a atividade política e a ação coletiva. Ainda assim, em nenhum destes casos podemos observar dinâmicas de participação que envolvessem públicos excluídos. O destaque dado a cada uma destas oficinas foi a importância da informação e comunicação para tornar os processos participativos mais transparentes e atrativos.

No que respeita à problemática das pessoas sem-abrigo, o objetivo era clarificar a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas sem Abrigo desconhecida pela maior parte dos participantes. Essa estratégia, monitorizada pelo Instituto de Segurança Social, revelou-se essencial para uniformizar procedimentos, diagnósticos e estratégias. No entanto, o entendimento de um conceito de sem-abrigo à luz desta estratégia foi difícil de aceitar por parte de todos os parceiros. Outra particularidade desta oficina foi a identificação de que era necessário melhorar a comunicação do CLAS, a articulação inter-institucional e melhorar as respostas sociais locais. (Cristóvão et al, 2010) Neste senti-

do, podemos dizer que um dos obstáculos à resolução desta problemática está precisamente no território e não no objeto estudado, população sem-abrigo.

No capítulo seguinte trataremos à discussão dois tipos de *empowerment* (individual e coletivo) referenciados por Branco (2009), defendendo que o *empowerment* coletivo não poderá ser atingido se não houver um *empowerment* individual. O que significa que à luz desta oficina, ainda teremos muito trabalho para fazer ao nível das parcerias sendo que o maior problema e obstáculo encontra-se nas parcerias e não na problemática dos sem-abrigo sendo o *empowerment* pensado num nível mais de território.

Na tabela seguinte são identificadas as últimas três problemáticas abordadas em contextos de focus group (oficinas Reflexão Ação).

Tabela 2.1 – Ficha técnica da ação 1 “Oficinas Reflexão Ação”(continuação)

Problemática	Emprego / desemprego	Juventude e Comportamentos desviantes	Alcoolismo
Objetivo geral	Delinear uma estratégia de ação a partir da análise swot promovida em contexto de grupo de discussão		
Objetivos específicos	Diagnosticar, definir áreas prioritárias, desenvolver estratégias	Diagnosticar, priorizar áreas, definir constrangimentos; reciclar recursos já existentes	Definição concetual, diagnosticar necessidades e priorizar ações
Conteúdos	Discussão sobre sectores relevantes; qual o cenário ideal; que estratégias prioritárias	Definir objetivos, atividades, metas e indicadores	Discussão sobre a construção de instrumento de rastreio.
Metodologias Participativas	Análise Swot; grelhas de orientação para a elaboração de estratégias de intervenção; focus group		
Território	Mesão Frio	Murça	Sabrosa
Nº de participantes abrangidos	17	13	20
Nº de participantes previstos	70		

Estas três oficinas abordaram problemáticas diferentes tendo tido a mesma linha de objetivos estratégicos. No entanto, os resultados produzidos e a forma como cada concelho aproveitou este espaço de participação foi totalmente diferente de concelho para concelho. Ao nível da participação e envolvimento dos parceiros, a oficina realizada no território de Mesão Frio foi notório o envolvimento entre os participantes, desde logo pela proximidade com a problemática abordada. As áreas prioritárias definidas

foram: despertar e formar pessoas para o empreendedorismo e desenvolver atividades económicas ligadas ao terceiro setor. Do ponto de vista do envolvimento, foi fundamental a presença de todos os atores locais do território ao nível técnico e político. Este fator ajudou a produzir um diagnóstico muito completo e participado que foi ao encontro das verdadeiras necessidades da população rural daquele concelho. A visão da multidimensionalidade da pobreza foi discutida a partir do desemprego como causa de pobreza. Foi também trabalhado o conceito de desenvolvimento local como estratégia de combate à pobreza eficaz e integrada. Sem estas abordagens participadas e integradas da pobreza, não teria sido possível o resultado obtido a partir desta oficina que esteve na génese da construção de uma candidatura ao projeto Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS).

No que diz respeito às restantes oficinas, percebeu-se que o envolvimento dos parceiros foi mais difícil, desde logo porque houve alguns parceiros que desconheciam os objetivos das oficinas e as tarefas programadas para o dia de trabalho. Mais uma vez a comunicação e informação deve ser uma prioridade quando se estabelecem parcerias.

Do ponto de vista dos membros do CLAS, o projeto partiu sempre do princípio que esta comunicação era trabalhada pelo animador da rede social. Contudo, percebemos que isso não aconteceu comprometendo a participação (comunitária, social e cidadã) e o exercício de cidadania.

Resumindo, estes espaços de participação designados como oficinas reflexão ação permitiram, de uma forma geral, auscultar os territórios sobre problemáticas identificadas pelos próprios agentes desses territórios. Esse aspeto foi bem aproveitado em alguns concelhos, no sentido em que se criaram sinergias para um trabalho futuro independentemente dos obstáculos apresentados anteriormente. Contudo, houve territórios que não conseguiram ultrapassar esses obstáculos (falta de comunicação e trabalho em rede inter institucional, falta de visão estratégica e operacional focada em aproveitamento de recursos, etc) e focaram-se mais nos problemas e não nas soluções. Desta forma, o empoderamento coletivo será mais difícil de ser atingido uma vez que o individual está muito aquém dos objetivos a que se propõe. A consciencialização para o combate à pobreza e a visão de co-responsabilidade continua a ser, em alguns territórios, muito difícil de atingir, condicionando à partida todas as dinâmicas territoriais e forma como abordamos qualquer projeto de intervenção comunitária, no papel de promotores ou de parceiros.

De seguida, apresenta-se detalhadamente os instrumentos participativos utilizados nas oficinas reflexão ação de modo a explicitarem a sua aplicação.

Tabela 2.1.1. – Análise Swot

Apresentação do instrumento participativo	Análise SWOT
Descrição	Procedimento analítico que pretende auxiliar no diagnóstico de um dado grupo, organização, situação ou território pela via da explicação dos seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades ou ameaças. A designação SWOT é uma sigla anglo – saxónica da expressão “ <i>strenghts, weaknesses, opportunities, treats</i> ”.
Objetivo	Diagnosticar e analisar o território ao nível do tema destacado pelos parceiros.
Função	Informar o dinamizador do estado da arte do tema a partir do preenchimento da análise swot pelo técnico da rede social; Diagnosticar e debater o tema que cada território.
Fase de aplicação	1ª fase – antes da realização da oficina, o técnico da rede social enviou ao dinamizador a sua análise swot. 2ª fase – esta análise acabou por ser discutida e explorada com o grupo já em contexto de oficina.
Alcances	Permitiu ao dinamizador ter um conhecimento prévio do território / tema; Todos os participantes da oficina deram os seus contributos; Maior implicação na resolução do problema; Melhor comunicação e circulação de informação; Maior motivação para a cooperação; Envolvimento dos parceiros da área não social.
Limites	Demorou mais tempo do que o previsto na construção desta análise.
Resultados	Dificuldades de alguns técnicos construírem análises swot; Todos os territórios ficaram com um documento de diagnóstico e discussão da problemática/tema discutido e participado por todos.

O instrumento participativo análise swot permitiu assim diagnosticar um conjunto de cenários para as várias problemáticas abordadas. Contudo, em alguns casos percebeu-se que os técnicos das redes sociais não recorriam à utilização deste instrumento participativo com frequência criando assim obstáculos à realização da própria oficina reflexão ação. Neste sentido, o dinamizador acabou por gastar mais tempo do que o previsto na fase de diagnóstico e não na fase de definição de estratégia / plano de ação, cabendo depois ao dinamizador da rede social aprofundar, consolidar esse trabalho. Essa foi a grande mais-valia deste instrumento: dotar todos os territórios de um diagnóstico participado da problemática. Os alcances deste instrumento destacam a capacidade

de melhorar a comunicação e informação aumentando desta forma o trabalho em equipa e a cooperação.

Relativamente às grelhas de orientação utilizadas na fase do desenho do projeto para inclusão em plano de ação, vejamos os alcances, limites e resultados da utilização deste instrumento a partir da tabela seguinte.

Tabela 2.1.2. – Grelhas de orientação

Apresentação do instrumento participativo	Grelhas de orientação
Descrição	Instrumento orientador que permite a definição de uma estratégia e/ou plano de ação a longo prazo. Normalmente é apresentado em tabelas constando itens: nome da ação; objetivos gerais e específicos; descrição das ações da execução; indicadores; meios de verificação; recursos; fatores externos; cronograma e parcerias
Objetivo	Definição de uma estratégia / plano de ação
Função	Orientar o técnico e/ou projeto para atingir o objetivo proposto; Responsabilizar e implicar os parceiros na prossecução desta ação.
Fase de aplicação	Após a definição e validação da análise swot e priorização de ações a implementar.
Alcances	Ficou refletido em documento a estratégia ou ação a implementar comprometendo desta forma todos os participantes.
Limites	Dificuldades no preenchimento de grelha por parte dos participantes; Em algumas oficinas não se chegou a completar todos os campos;
Resultados	Em algumas oficinas colocou-se demasiadas ações e não se priorizou uma estratégia mas várias sem avaliar a viabilidade e execução das mesmas; Dificuldades dos participantes em pensar ao nível de planeamento estratégico e na lógica de projeto.

Este instrumento participativo utilizado tinha como função organizar ideias de projeto e responsabilizar os parceiros já que se trata de um documento escrito que ficaria para o futuro. Mais uma vez, percebeu-se as dificuldades técnicas em preencher este documento deixando muitos campos em branco e não priorizando ações. Houve claramente uma dificuldade em pensar numa lógica de projeto e de planeamento estratégico.

Tabela 2.1.3. – Focus Group ou Grupos de discussão

Apresentação do instrumento participativo	Focus Group
Descrição	Em português, grupos de discussão, é uma técnica qualitativa de recolha de dados que permite a discussão sobre temas variados de forma aberta e transparente.
Objetivo	Debater e discutir ideias.
Função	Aproximar os participantes a partir de reflexividade dos atores.
Fase de aplicação	Durante toda a oficina.
Alcances	Envolvimento dos participantes; Auscultar e debater ideias e opiniões; Aproximação dos participantes através de uma conversa informal.
Limites	Abordagem menos formal
Resultados	Construção de diagnósticos e de plataformas de ação

O focus group ou grupos de discussão foi a técnica utilizada ao longo de todas as oficinas reflexão ação como suporte à utilização dos instrumentos e técnicas descritas anteriormente. Neste sentido, esta abordagem é claramente uma abordagem que evidencia o lado mais informal das discussões. Iniciando-se primeiramente na área do marketing para a auscultação de opiniões de públicos consumidores, estes grupos de discussão são muito utilizados na investigação pelas ciências sociais, nomeadamente na investigação – ação. No que diz respeito a este projeto, o focus group teve como principais resultados a criação de diagnósticos de problemáticas focados em ações e projetos concretos.

Na tabela seguinte apresentam-se as problemáticas abordadas na ação 2 – workshops temáticos.

Tabela 3 – Ficha técnica da ação 2- “Workshops temáticos”

Problemática	Igualdade do género	Pobreza e exclusão social	Alcoolismo	Competências pessoais, relacionais e sociais
Objetivo geral	Auscultar as pessoas em situação de pobreza promovendo espaços e informação para definição de estratégias de enfrentamento participadas.			
Objetivos específicos	Perceber em que é que a igualdade do género se reflecte na vida familiar, na vida profissional e na vida quotidiana, no exercício da sua cidadania; Perceber qual que percepção que o grupo tem e de que forma é que ele reage no que diz respeito à igualdade do género;	Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Perceber qual que percepção que o grupo tem e de que forma é que ele reage no que diz respeito às causas da pobreza e medidas de enfrentamento;	Desmistificar preconceitos relativamente ao alcoolismo; Perceber qual que percepção que o grupo tem e de que forma é que ele reage no que diz respeito às causas da pobreza e medidas de enfrentamento, no que diz respeito ao alcoolismo como causa de pobreza;	Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Perceber qual a percepção que o grupo tem e de que forma é que ele reage no que diz respeito às causas da pobreza e medidas de enfrentamento;
Conteúdos	A igualdade de género; sexo e género; papéis sociais; a divisão de tarefas; remuneração; conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.	A luta contra a pobreza em Portugal e na Europa; Causas e soluções para a luta contra a pobreza.	Conceito de alcoolismo, bebida padrão e falsos conceitos sobre o álcool, procedeu-se ao trabalho em grupo focado em 3 cenários: individual, familiar e comunitária.	A partir das competências pessoais, sociais e relacionais perceber a realidade e o que se pode fazer para melhorar a realidade a partir do indivíduo, da família e da comunidade.
Metodologias Participativas	Role play e debate	Debate	Metodologia do world café	Técnica do world café e inquérito apreciativo
Território	Alijó	Vila Real	Vila Real	Mesão Frio
Nº de participantes abrangido	11	12	9	13
Nº de participantes previsto	40			

A partir da leitura da tabela anterior podemos identificar a prioridade máxima destes workshops temáticos: auscultar as pessoas em situação de desfavorecimento social. Esta auscultação foi feita sob três dimensões: em primeiro lugar promover momentos informativos sobre as problemáticas em foco para, em segundo lugar, perceber as

diferentes perspectivas que estes públicos tinham sobre estas problemáticas. Num último momento, em parceria com este público, chegou-se a formas de enfrentamento para ultrapassar as diversas dificuldades e obstáculos no que diz respeito a estas quatro problemáticas.

Partimos da escada da participação desenvolvendo momentos de informação sobre a temática para que pudéssemos atingir o objetivo de proporcionar espaços de participação de forma igualitária, em que todos se sentissem com poder informativo suficiente para dar os seus contributos e propôr estratégias de enfrentamento. Neste sentido, focamos a nossa ação no *empowerment* individual destes participantes trabalhando as quatro componentes do *empowerment* individual descritas por Branco (2009): participação, componentes práticas, auto estima e consciência crítica. No capítulo seguinte, poderemos analisar com mais detalhe este quadro teórico. Contudo, é relevante para este capítulo introduzir esta terminologia de forma a podermos associar o impacto do trabalho realizado na vertente do *empowerment* individual a partir destes *workshops* temáticos e da utilização das metodologias participativas em causa. De acordo com o mesmo autor, o passo essencial para atingirmos um nível de *empowerment* comunitário satisfatório é precisamente o *empowerment* individual.

De seguida, apresenta-se detalhadamente os instrumentos participativos utilizados nos *workshops* temáticos de modo a explicitarem a sua aplicação.

Tabela 3.1. – Role Play

Apresentação do instrumento participativo	Role Play
Descrição	Método que permite a interpretação de personagens assumindo papéis de personagens e criando narrativas colaborantes.
Objetivo	Auscultar e ativar a participação das pessoas em situação de pobreza na governança de assuntos públicos que a eles diziam respeito.
Função	Colocar as pessoas em situação de pobreza em, diferentes papéis permitindo perceber as suas perceções e contributos
Fase de aplicação	Ao longo do workshop
Alcances	Maior envolvimentos entre os participantes porque se reviam em muitas destas personagens que representavam; Melhorou a comunicação; Aumentou a coesão do grupo e o grau de participação
Limitações	/
Resultado	Enunciação de contributos para a temática em discussão a partir da reflexão em torno da aplicação deste instrumento

A utilização de metodologias que permitem uma representação de personagens com papéis sociais diferentes do seu, tem sempre uma vertente positiva que é o facto de nos conseguirmos colocar no lugar do outro e percebermos a forma como, por vezes, encaramos os problemas que nos afetam. Neste sentido, este instrumento participativo permitiu aumentar o envolvimento dos participantes, desde logo porque foi criado um ambiente mais informal aumentando o grau de participação.

A metodologia que se segue foi utilizada em dois *workshops*. Seguidamente descrevemos mais detalhadamente a sua utilização.

Tabela 3.2. – Metodologia world café

Apresentação do instrumento participativo	Metodologia do world café
Descrição	É uma metodologia que permite a auscultação dos participantes em diferentes temas num determinado tempo implicando ritmo e participação de todos. ³
Objetivo	Auscultar e ativar a participação das pessoas em situação de pobreza na governança de assuntos públicos que a eles diziam respeito.
Função	Manter os diferentes atores de um dado sistema em contínuas conversas geradoras de novas perspetivas e significados orientados para o que é possível, a partir de temas fundamentais para os envolvidos.
Fase de aplicação	Ao longo da ação
Alcances	Gerar ambientes e conversas positivas e inspiradoras; Aumentar a coesão do grupo; Permitir a participação e auscultação dos participantes; Redação em documento de ideias e propostas concretas.
Limitações	/
Resultado	Enunciação de contributos e estratégias de ação a partir dos diferentes temas abordados de forma participada por todos

De acordo com a tabela anterior podemos concluir que esta metodologia participativa poderosa permite a criação de ambientes mais informais identificados como ambientes de café, deixando a cada participante a ideia de que em diferentes momentos (mesas) vamos contribuindo para as discussões dos grupos. Neste sentido, aponta-se como grande vantagem ou alcance desta metodologia o enorme grau de participação dos en-

³ É pedido aos participantes para se distribuírem aleatoriamente pelas diferentes mesas forradas por uma toalha de papel e onde podem encontrar (para além de comida e bebida) material que permita uma participação criativa (canetas, lápis, recortes de jornal) e ainda uma pergunta apreciativa, provocativa e um menú inspirador para que as conversas fluam. Em cada mesa é recomendado o máximo de 10 participantes e é pedido para que seja eleito um anfitrião que ficará na mesa durante todo o tempo. Os restantes percorrem as várias mesas durante o tempo que o dinamizador pretender e em cada “viagem” pelas mesas é escrito os contributos nas toalhas de papel. No final, as toalhas serão apresentadas ao grande grupo.

volvidos proporcionando a coesão de grupo uma vez que treina competências de escuta ativa e respeito pelas opiniões diferentes.

O instrumento participativo seguinte escarpeliza narrativas com o objetivo de trabalhar estratégias de bem comum, direcionadas para a sociedade / comunidade.

Tabela 3.3. – Inquérito Apreciativo

Apresentação do instrumento participativo	Inquérito Apreciativo
Descrição	Processo baseado nas narrativas que integra metodologias de impulso à mudança em larga escala, pretendendo inspirar ao envolvimento de todos os intervenientes na construção do futuro de uma organização e na descoberta de forças e vantagens estratégicas com ganhos financeiros e sociais. A partir do lançamento de um conjunto de questões centradas nas potencialidades e possibilidades presentes na vida de um indivíduo/família/ comunidade construindo realidades mais satisfatórias.
Objetivo	Auscultar e ativar a participação das pessoas em situação de pobreza na governança de assuntos públicos que a eles diziam respeito.
Função	Perceber onde o sistema social pretende estar, tendo em conta os momentos altos que já teve; Ganhar mais facilmente consciência do que temos feito e conseguido.
Fase de aplicação	Ao longo da ação.
Alcances	Gerar ambientes e conversas positivas e inspiradoras; Aumentar a coesão do grupo; Permitir a participação e auscultação dos participantes; Redação de documento de ideias e propostas concretas.
Limitações	/
Resultados	Enunciação de contributos e estratégias de ação a partir dos diferentes temas abordados de forma participada por todos

A leitura desta tabela permite-nos destacar a importância que as metodologias participativas têm na definição de ações coletivas. De acordo com Prego (2010) o inquérito apreciativo permitiu: *“descobrir e explorar as questões que podem potenciar forças e o bem – estar das pessoas, famílias e comunidades (...) o contributo de cada um conduziu a uma conexão de padrões e “insights” que permitiram, colectivamente, a criação de uma rede de conhecimento”* (Prego, 2010, p. 103).

Neste sentido, tal como defende a facilitadora que utilizou este instrumento participativo, Joana Prego (2010): *“criar conversas com sentido transformador dado que é mais fácil construir um futuro melhor quando se parte do que de melhor existe no presente e no passado”* (Prego, 2010, p. 102).

De seguida, apresentaremos mais detalhadamente o debate como ferramenta transversal ao workshop que desenvolveu o tema da pobreza e exclusão social.

Tabela 3.4. – Debate

Apresentação do instrumento participativo	Debate
Descrição	Discussão amigável entre uma ou mais pessoas que queiram colocar as suas ideias em questão ou discordar de outras ideias.
Objetivo	Auscultar e ativar a participação das pessoas em situação de pobreza na governança de assuntos públicos a que a eles diziam respeito.
Função	Enunciar as perceções e histórias de vida dos participantes.
Fase de aplicação	Ao longo da ação
Alcances	Aumentar a coesão do grupo; Permitir a participação e auscultação dos participantes.
Limitações	Dificuldade em todos participarem no debate uma vez que as pessoas mais tímidas não se sentiam tão à vontade para entrar na conversa; Algumas vezes gerou conflitos entre pessoas que tinham alguma dificuldade em ouvir opiniões diferentes das delas.
Resultados	Enunciação de contributos e estratégias de ação a partir dos diferentes temas abordados de forma participada por todos

A tabela anterior indica-nos que este instrumento participativo teve a limitação de não proporcionar uma participação de forma tão igualitária como os instrumentos anteriores. Efetivamente, essa foi a grande limitação deste instrumento sobretudo, quando o público desta oficina era constituído por pessoas em situação de desfavorecimento social e, em muitos casos, com processos introspetivos, baixa auto estima e timidez. No entanto, dada a problemática abordada, grande parte dos participantes identificaram-se com o problema e, de forma espontânea, foram dando os seus contributos muitas vezes a partir das suas experiências. O destaque da utilização deste instrumento e a facilidade com que o facilitador / dinamizador abordou esta problemática foi, indubitavelmente, um ponto decisivo. A partir dos conteúdos abordados e descritos na tabela 3.4, percebemos que foi passada uma resenha histórica do conceito de pobreza e exclusão a partir exatamente do debate de ideias. Ficou perceptível que é possível abordar temas difíceis e densos com públicos desfavorecidos, sendo apenas necessário criar estratégias e instrumentos participativos concordantes com o contexto e tipologia dos públicos.

Na tabela seguinte, apresentam-se os objetivos, conteúdos, metodologias, território e participantes abordadas na ação 3 – workshops temáticos.

Tabela 4 – Ficha técnica da ação 3- “Espetáculo Cultural”

Nome da ação / tema	Quarteto dos 3 irmãos Pedro e Paulo
Objetivo geral	Promover espaços de participação a partir da música.
Objetivos específicos	Sensibilizar pessoas para a erradicação da pobreza e exclusão social a partir de dinâmicas de grupo.
Conteúdos	Trabalho em rede, coesão do grupo, liderança a partir de músicas
Metodologias Participativas	Não existiu nenhum instrumento participativo, mas sim dinâmicas participativas como construir uma música em conjunto fazendo uma metáfora de que cada pessoa representava uma nota fundamental na música e um papel fundamental na sociedade
Território	Vila Real
Nº de participantes abrangidos	131
Nº de participantes previstos	150

A criação de momentos culturais que promovam a informalidade potencia a coesão do grupo e a participação. Tal como podemos observar a partir da tabela anterior, esta ação permitiu sensibilizar todos os participantes do seu papel na luta contra a pobreza e exclusão social uma vez que a partir de um concerto de música, os participantes puderam ser uma nota musical e construir eles próprios uma música. A música escolhida pelo grupo que dinamizou este espetáculo foi o Hino da Alegria que é o atual Hino da União Europeia, tornando o significado desta mensagem ainda mais poderoso.

Do ponto de vista das metodologias participativas, não podemos afirmar que tenha sido utilizado um instrumento participativo em concreto. No entanto, ficou clara a mensagem passada através da música.

A tabela que se segue descreve o instrumento participativo utilizado do workshop final.

Tabela 5 – Ficha técnica da ação 4- “Workshop Final: Participação de tod@s”

Nome da ação / tema	“Workshop Final: Participação de tod@s”
Objectivo geral	Informar e sensibilizar para a luta contra a pobreza e exclusão social a partir de estratégias cooperantes e co-responsáveis;
Objetivos específicos	Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Contribuir para melhorar os projetos / estratégias das oficinas reflexão ação do ponto de vista dos beneficiários do RSI.
Conteúdos	Rede Social; diagnósticos de território; Desemprego / Emprego; competências parentais, familiares e sociais.
Metodologias Participativas	Fórum comunitário de discussão de ideias / propostas.

Tabela 5 – Ficha técnica da ação 4- “Workshop Final: Participação de tod@s” (Continuação)

Nome da ação / tema	“Workshop Final: Participação de tod@s”
Território	Vila Real
Nº de participantes abrangido	15
Nº de participantes previsto	20

Analisando esta tabela podemos observar que esta ação ficou aquém das expectativas no que diz respeito aos números previstos e atingidos, assim como ao nível do envolvimento dos participantes. Os objetivos deste *workshop* eram transmitir todos os resultados escalpelizados nas oficinas de reflexão ação para que as pessoas em situação de desfavorecimento social pudessem ter conhecimento do trabalho realizados pelos parceiros das redes sociais. Esse objetivo foi conseguido, ainda que com algumas limitações no que respeita à comunicação e linguagem utilizada pelos técnicos que foram apresentar as propostas das oficinas.

Nesta ação acabaram por prevalecer o interesse em algumas problemáticas, já que eram as problemáticas com as quais os participantes se identificavam mais pelas suas vivências e experiências.

A tabela seguinte descreve em detalhe o instrumento participativo utilizado e a forma como ele foi apropriado neste contexto e na ação em concreto: *workshop* final.

Tabela 5.1. – Fórum Comunitário

Apresentação do instrumento participativo	Fóruns comunitários de discussão de ideias / propostas
Descrição	Espaço de discussão comunitária no qual os técnicos das redes sociais apresentaram as propostas das oficinas reflexão ação e os participantes dos workshops apresentaram os seus contributos a partir das conclusões de cada tema.
Objetivo	Informar e sensibilizar para a luta contra a pobreza; Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Contribuir para melhorar os projetos / estratégias das oficinas reflexão ação do ponto de vista dos beneficiários do RSI.
Função	Melhorar o documento resultado das oficinas reflexão ação e workshops temáticos.
Fase de aplicação	Ao longo da ação
Alcances	Aumentar a coesão do grupo; Permitir a participação e auscultação dos participantes.

Tabela 5.1. – Fórum Comunitário (Continuação)

Apresentação do instrumento participativo	Fóruns comunitários de discussão de ideias / propostas
Limitações	Dificuldade em todos participarem no debate uma vez que as pessoas mais tímidas não se sentiam tão à vontade para entrar na conversa; Algumas vezes gerou conflitos entre pessoas que tinham alguma dificuldade em ouvir opiniões diferentes das delas; Apesar das recomendações dadas pela entidade promotora do projeto, foi utilizada linguagem demasiado técnica não permitindo a compreensão de algumas propostas por todos os participantes; Falta de disponibilidade de tempo por parte de alguns técnicos para participarem no evento na sua totalidade.
Resultados	Enunciação de contributos e estratégias de ação a partir dos diferentes temas abordados de forma participada por todos

Como poderemos analisar na tabela anterior, o instrumento participativo utilizado teve como principal alcance a coesão grupal e a participação e auscultação dos participantes. Destaca-se ainda a comunicação de resultados dos dois grandes momentos deste projeto: as oficinas reflexão ação e os *workshops* temáticos. Contudo, os limites descritos na tabela acima elencam um conjunto de obstáculos à participação e que podem comprometer o envolvimento dos participantes. Destaca-se, desde logo, a questão da linguagem e comunicação que foi utilizada por alguns técnicos quando descreviam os resultados das oficinas reflexão ação traduzindo-se numa diferenciação de poder notada por alguns participantes. Este facto foi ainda reforçado pela ausência de participação de alguns animadores de redes sociais não apresentando os resultados das suas oficinas.

No capítulo seguinte, teremos oportunidade de explorar melhor os obstáculos à participação e ao trabalho em rede e parceria.

A ação descrita na tabela seguinte pretendeu ser o culminar de todo o projeto no que respeita à auscultação e informação de todas as dinâmicas, resultados e produtos deste projeto.

Tabela 6 – Ficha técnica da ação 5 “Seminário Final: Estratégias locais, territórios globais”

Nome da ação / tema	“Seminário Final: Estratégias locais, territórios globais”
Objetivo geral	Informar e sensibilizar para a luta contra a pobreza e exclusão social a partir de estratégias cooperantes e co-responsáveis;
Objetivos específicos	Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Contribuir para melhorar os projetos / estratégias das oficinas reflexão ação do ponto de vista dos beneficiários do RSI.
Conteúdos	Violência doméstica, alcoolismo e sem abrigo; Emprego, desemprego associado ao desenvolvimento local; Participação, Pobreza e exclusão; Comportamentos desviantes em jovens; competências pessoais sociais e relacionais
Metodologias Participativas	Fórum comunitário
Território	Vila Real
Nº de participantes abrangido	144
Nº de participantes previsto	150

A leitura desta tabela permite-nos desde logo evidenciar a utilização do mesmo instrumento participativo descrito na ação anterior. No entanto, numa leitura mais atenta da tabela seguinte, percebemos que este instrumento participativo foi utilizado de forma diferenciada, tornando os seus alcances maiores.

Tabela 6.1. – Fórum comunitário

Apresentação do instrumento participativo	Fórum comunitário
Descrição	Comentadores tiveram acesso a um guião de debate com questões diretas que foram lançando aos convidados e público intercalando com sínteses do que estava a ser comunicado.
Objetivo	Informar e sensibilizar para a luta contra a pobreza; Desmistificar preconceitos relativamente às medidas de política social; Contribuir para melhorar os projetos / estratégias das oficinas reflexão ação do ponto de vista dos beneficiários do RSI.
Função	Melhorar as propostas resultado das oficinas reflexão ação e workshops temáticos.
Fase de aplicação	Ao longo da ação

Tabela 6.1. – Fórum comunitário (Continuação)

Apresentação do instrumento participativo	Fórum comunitário
Alcances	Aumentar a coesão do grupo; Permitir a participação e auscultação dos participantes; Diminuir a distância entre o poder local e os cidadãos; Melhorar canais de comunicação; testemunhos de primeira pessoa.
Limitações	Dificuldade em todos participarem no debate uma vez que as pessoas mais tímidas não se sentiam tão à vontade para entrar na conversa; Algumas vezes gerou conflitos entre pessoas que tinham alguma dificuldade em ouvir opiniões diferentes das delas; Participações proferidas de forma mais emotiva e subjetiva levando-nos a narrativas de pobreza e exclusão social
Resultados	Mobilização das pessoas em situação de pobreza na possibilidade de dar a conhecer os seus contributos / sugestões para melhorar a intervenção local e/ou histórias de vida; Possibilidade de incluir em futuros planos de ação propostas e estratégias delineadas neste projeto e verbalizadas nesta ação em concreto.

Os fóruns comunitários neste projeto e nesta ação em concreto, permitiram discutir problemáticas identificadas com a multidimensionalidade da pobreza numa perspectiva de identificação da influencia que os fenómenos de despovoamento, envelhecimento populacional, insuficiência de recursos técnicos e falta de apetrechamento de acessibilidades, nomeadamente no que respeita a transportes públicos. Permitiram ainda escaquelizar estes fatores no contexto rural associado a causa e consequência das situações de pobreza vivenciadas pelos participantes em situação de desfavorecimento social presentes na audiência e na mesa de oradores convidados. Neste sentido, este instrumento participativo permitiu ouvir testemunhos em primeira pessoa contribuindo para a ativação das pessoas em situação de desfavorecimento e para o exercício de cidadania.

Por outro lado, com este instrumento, foram ainda ouvidos técnicos e dirigentes do terceiro setor contribuindo deste modo para a concretização dos objetivos propostos.

Na tabela seguinte, descreve-se a sessão de encerramento com a apresentação pública dos resultados do projeto.

Tabela 7 – Ficha técnica da ação 6 “Sessão de Encerramento⁴: apresentação da Publicação”

Nome da ação / tema	Sessão de encerramento do projeto e apresentação da Publicação: “Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social”
Objetivo geral	Apresentação dos resultados e produtos do projeto a partir da publicação.
Objetivos específicos	Promover a sessão de encerramento do projeto convidando todos os parceiros e participantes do projeto; Apresentação da publicação “Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a Pobreza e exclusão social”
Metodologias Participativas	Histórias de vida
Território	Vila Real
Nº de participantes abrangidos	25
Nº de participantes previstos	0

A sessão de encerramento deste projeto em formato de publicação considerou-se fundamental uma vez que permitiu uma responsabilização de todos os participantes no cumprimento das ações descritas em cada atividade do projeto. Também contribuiu para dar visibilidade à problemática da pobreza e exclusão e à estratégia de utilização de instrumentos participativos na luta contra a pobreza.

Na tabela que se segue podemos ter uma leitura mais pormenorizada sobre o instrumento participativo em destaque na publicação apresentada.

Tabela 7.1. – Histórias de vida

Apresentação do instrumento participativo	Histórias de Vida
Descrição	É uma técnica de investigação social que tem por base a técnica da entrevista. Foi elaborado um guião que abrangeu as etapas da vida das pessoas desde o nascimento, à infância, adolescência e o trajeto escolar e inserção profissional, vida afetiva e hábitos de vida.
Objetivo	Auscultar e dar voz às pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social
Função	Enunciar as percepções e histórias de vida dos participantes
Fase de aplicação	Ao longo da ação

⁴ A sessão de encerramento não estava prevista em candidatura. Como foi uma ação que não teve quaisquer custos, optamos por enquadrar o lançamento da publicação numa sessão de encerramento do projeto.

Tabela 7.1. – Histórias de vida (Continuação)

Apresentação do instrumento participativo	Histórias de Vida
Alcances	Permite as pessoas falarem sobre si e sobre as suas trajetórias o que as leva a refletirem sobre as suas escolhas e decisões ao longo da sua vida; Instrumento que permite uma auscultação das perceções e representações das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social.
Limitações	Instrumento que pode levar as pessoas a comportamentos emotivos e demasiado centrados em si tendo o entrevistador dificuldades em cumprir o guião.
Resultados	Publicação de um capítulo de histórias de vida que no fundo se traduziram em relatos, na primeira pessoa, de narrativas de pobreza e exclusão social.

A importância dada a este instrumento participativo das histórias de vida pretendeu captar as narrativas e testemunhos na primeira pessoa. Sabemos que em outras ações esta auscultação foi feita, nomeadamente nas ações cujos públicos-alvos eram pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Contudo, o facto de termos um capítulo na publicação final deste projeto dedicado a testemunhos e narrativas torna mais próximo o leitor dos fenómenos trabalhados identificando-se mais rapidamente com as trajetórias e identificando-se com a missão deste projeto.

Do ponto de vista das pessoas em situação de pobreza, o relato das histórias de vida é percecionado de forma reflexiva e poderá ajudar na perceção de fenómenos de pobreza, assim como nas medidas de enfrentamento encontradas por estes testemunhos.

Nesta fase deste relatório, importa sintetizar os instrumentos participativos utilizados neste projeto analisando a sua adequação ao combate à pobreza e exclusão social.

Tabela 8 – Síntese dos instrumentos participativos

Instrumento Participativo	Análise da adequação dos instrumentos ao contexto (combate à pobreza e exclusão social)
<p>Análise swot</p> <p>Grelhas de orientação</p> <p>Focus Group</p>	<p>Diagnóstico do problema ao nível do território; Trabalho em rede e parceria; Importância do planeamento estratégico; Comunicação e circulação de informação entre os parceiros e dirigentes; Auscultou e envolveu os <i>stakeholders</i> e todos deram os seus contributos; planos de ação de CLAS; construção do empowerment individual e coletivo.</p>
<p>Role play</p>	<p>Participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; Construção do empowerment individual e coletivo.</p>
<p>Metodologia world café</p>	<p>Participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; coesão do grupo; documento de ideias e propostas concretas; construção de uma cidadania mais ativa e participativa.</p>
<p>Inquérito apreciativo</p>	<p>Participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; coesão do grupo; documento de ideias e propostas concretas; construção de uma cidadania mais ativa e participativa.</p>
<p>Debate</p>	<p>participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; coesão do grupo; documento de ideias e propostas concretas; construção de uma cidadania mais ativa e participativa</p>
<p>Fórum comunitário</p>	<p>Participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; coesão do grupo; distância entre o poder local e os cidadãos; construção de uma cidadania mais ativa e participativa; canais de comunicação; construção do empowerment individual e coletivo.</p>
<p>Histórias de vida</p>	<p>Participação das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social; construção do empowerment individual</p>

Analisando a tabela anterior, as metodologias participativas utilizadas neste projeto deram um contributo positivo para um combate à pobreza e exclusão social mais eficiente, nomeadamente porque estas metodologias foram ao encontro das seguintes categorias concetuais:

- a) Planeamento estratégico: produção de um diagnóstico do problema ao nível do território; alertou e sensibilizou para a importância do planeamento do planeamento estratégico; melhorou o trabalho em rede e em parceria; produção de um desenho de projeto para futuros planos de ação CLAS;

aumentou a coesão do grupo; auscultou e envolveu todos os *stakeholders* e todos deram os seus contributos.

b) Comunicação / Informação: melhorou a comunicação e circulação de informação entre os parceiros; melhorou canais de comunicação; aprofundou o contacto de dirigentes; contribuiu para a diminuição da distância entre o poder local e os cidadãos.

c) Cidadania ativa: auscultou e ativou a participação de pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social permitindo captar os seus contributos na governança de assuntos públicos; contribuiu para a construção da cidadania ativa e participativa; contribuiu para a construção de *empowerment* individual, coletivo, comunitário.

No ponto que se segue iremos proceder às conclusões deste capítulo ao nível dos resultados e indicadores do projeto, bem como os produtos e ações. Estas linhas de resultados serão avaliadas e refletidas à luz da experiência profissional e do quadro conceptual que envolve este projeto.

1.2. CONCLUSÕES

Consideramos que os resultados deste projeto podem ser observados de duas formas. Se, por um lado, temos os indicadores a que nos propusemos e que foram atingimos; por outro lado, temos os produtos finais que foram o resultado das nossas ações. Ou seja, enquanto os indicadores nos mostram resultados imediatos, os produtos finais mostram-nos resultados a longo prazo, tendo as entidades parceiras a responsabilidade de levar a cabo aqueles resultados a que se propuseram agora num papel de entidades promotoras.

As tabelas que se seguem resumem os resultados, os indicadores e valores atingidos por forma a termos uma maior noção do alcance deste projeto. Resumem ainda, em cada CLAS quais foram os resultados alcançados em termos de produtos / ações para execução no pós 2010.

Tabela 9 - Resultados e indicadores do projeto

Resultados	Indicador	Valor
Em Dezembro de 2010, realizaram-se 7 oficinas reflexão ação	Nº de oficinas concretizadas; nº de organizações participantes em cada oficina; nº de horas de cada oficina; nº de estratégias desenvolvidas; nº total de participantes em cada oficina	7 Oficinas reflexão ação; Organizações por Oficina: PRG - 16; SMP - 14; VLR - 8; MSF - 11; ALJ - 14; MRÇ - 8; SBR - 14; 6h cada oficina; 9 estratégias; participantes em cada oficina: PRG - 22; SMP - 17; VLR - 11; MSF - 17; ALJ - 14; MRÇ - 13; SBR - 20
Em Dezembro de 2010, realizaram-se 4 workshops temáticos no território da plataforma supra concelhia do Douro sensibilizando e informando 45 pessoas em situação de pobreza e exclusão social	Nº de workshops realizados; nº de temas discutidos; nº de participantes em cada workshop; nº de horas em cada workshop	4 workshops; 4 temas; participantes por wks: igualdade de género - 11; pobreza e exclusão - 12; competências - 13; alcoolismo - 9
Em Dezembro de 2010, realizou-se 1 espetáculo cultural	Nº de espetadores no evento; nº de reuniões realizadas	131 espetadores; 2 reuniões realizadas
Em Dezembro de 2010 elaborou-se uma publicação e realizou-se 1 seminário final	Nº de plataformas; nº de publicações produzidas; nº de seminários realizados; nº de participantes; nº de publicações distribuídas	0 Plataformas; 500 publicações; 1 seminário realizado; 144 participantes, 200 publicações distribuídas
Em Dezembro de 2010, realizou-se 1 workshop final de apresentação e discussão de estratégias encontradas nas oficinas	Nº de workshop final realizado; nº de contributos elaborados; nº de participantes; nº de participantes por concelho; nº de horas	1 Workshop final realizado; 4 contributos / produtos; 15 participantes; VLR - 1; SMP - 4; MSF- 3; SBR - 7; 3 horas

De uma forma geral, e tendo em conta a leitura da tabela acima, este projeto atingiu os seus resultados no que respeita aos indicadores propostos. A importância do quantitativo é fundamental na tipologia deste tipo de projetos que são desenhados e avaliados a partir dos indicadores propostos e atingidos. Houve claramente concelhos mais participativos e mais envolvidos no projeto do que outros e essa leitura pode ser tirada a partir dos participantes envolvidos em cada ação.

A par dos dados quantitativos importa salientar os resultados do projeto ao nível dos seus produtos e ações, descritos na tabela seguinte.

Tabela 10 – Resultados do projeto ao nível dos produtos e ações

CLAS	Estratégia / Projeto	Produto / Ações
Peso da Régua	Projeto “Intervir na Violência doméstica”	Diagnóstico da violência doméstica; Promover formação para técnicos; Criação de um manual de procedimentos
Mesão Frio	Projeto “Construindo Artes e Ofícios” Projeto “Desabrocharte”	CLDS 3 saberes e Plano Ação Rede Social: gabinete de apoio ao empreendedor (criação de cooperativa artesãos; catálogo de produtos, ações na área da empregabilidade); oficinas transmissão de saberes; link no site da câmara
Sabrosa	Projeto “Conhecer para Intervir”	Realizar ações de formação para o concelho; Produzir um diagnóstico em matéria de consumos alcoólicos; Construir um plano de ação com base no diagnóstico e suas prioridades de ação
Vila Real	Projeto “Estratégias colectivas de intervenção integradas”	Criar um grupo de trabalho; Elaboração de um diagnóstico social dos sem-abrigo; Elaboração de um guia de recursos e disseminá-lo; criação de um serviço de atendimento integrado; Promover sessões de esclarecimento sobre esta resposta
Alijó	Projeto “Informando participo!”	Criar um grupo de trabalho para desenvolver um plano de envolvimento dos parceiros do CLAS; continuação dos momentos de reflexão; desenvolver formas e intervenções participadas; elaborar um diagnóstico social participado
Murça	Comportamentos desviantes em crianças e jovens	Constituição de um grupo de trabalho; Criar instrumentos de diagnóstico e referênciação; Elaborar um guia de recursos; Criar uma rede de articulação (estratégia na família, na escola e na comunidade)
Santa Marta de Penaguião	Projecto “Lançar Pontes” Projecto “Participar é Poder”	Criar um sistema de informação e comunicação do CLAS: link, newsletter, regulamento de comunicação e imagem do CLAS; Ativar a participação de todos os parceiros incluindo pessoas em situação de pobreza: criar priori-

A tabela 10 permite-nos uma leitura do ponto de vista da quantidade e qualidade dos produtos e ações criadas a partir deste projeto. Na maioria dos CLAS foram elencadas um conjunto de ações / projetos que focaram a sua estratégia numa ótica contenção de recursos, ou seja, na sua maioria estes projetos não precisariam de financiamentos públicos e privados para serem desenvolvidos. A perspetiva destas ações passava por utilizar os recursos humanos e financeiros já existentes e trabalhar mais em rede e em parceria. Passados estes anos e refletindo sobre esta tabela, concluímos que grande maioria destes projetos não foi levado a cabo precisamente porque os obstáculos do trabalho em rede e em parceria foram maiores do que a vontade de concretizar estes projetos.

No capítulo seguinte, vamos abordar estes conceitos e esta ideia mas, efetivamente, a sustentabilidade do projeto “Luta contra a pobreza um projeto novo de cidadania” foi conseguida a partir da definição deste conjunto de projetos e ações em que cada CLAS se tornou entidade não parceira mas promotora no pós 2010.

No final de um projeto, refletimos sempre os aspetos positivos e as dificuldades / obstáculos que enfrentámos durante a execução do mesmo. Este projeto não foi uma exceção. A estratégia que utilizamos passou sempre por auscultar, participar, avaliar e melhorar a nossa ação.

Assim sendo, o Projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” foi avaliado de forma bastante positiva por todos aqueles que participaram nele: parceiros e atores, entidade promotora e financiadora. Teve um total de 949 participantes sendo que 140 foram pessoas em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se os seguintes aspetos positivos:

- Iniciar, e em alguns casos sedimentar, parcerias com alguns parceiros para projetos futuros;
- O projeto serviu como uma boa prática e uma alavanca em alguns concelhos de trabalho em rede e planeamento estratégico a partir da metodologia utilizada como, por exemplo, utilizar o espírito das oficinas reflexão ação para elaborar um Plano Desenvolvimento Social;
- Melhorar a comunicação entre parceiros (redes sociais de concelhos diferentes);
- Melhorar o contacto com os dirigentes;

- Mobilizar a participação das pessoas em situação de pobreza na possibilidade de dar a conhecer os seus contributos / sugestões para melhorar intervenções locais e/ou histórias de vida.

Foram propostas as seguintes melhorias uma vez que nos foram apresentados como obstáculos / dificuldades a superar:

- Dificuldades no cumprimento do acordo de parceria em alguns pontos, nomeadamente:
 - Fraco envolvimento de alguns parceiros na mobilização de atores do concelho. Por exemplo, houve concelhos que não mobilizaram beneficiários do RSI em nº suficiente e desejável para todas as ações, assim como não motivaram os parceiros do CLAS para participarem em todas as ações do projeto;
 - Insuficiente transmissão de informação / comunicação em algumas redes sociais e os seus parceiros do CLAS nomeadamente na divulgação das ações.
- Dificuldades em trabalhar com base no planeamento estratégico porque os parceiros não tinham canais de comunicação eficazes, como por exemplo mudarem de interlocutor do projeto e não passarem a informação internamente; não comparecerem a reuniões de trabalho nem responderem a emails.

No que diz respeito à continuidade / replicação do projeto houve ações e metodologias que foram implementadas ao nível concelhio pelas redes sociais parceiras do projeto.

Em 2011, o Núcleo Distrital de Vila Real foi parceiro em mais de metade das ações / estratégias delineadas nas Oficinas Reflexão Acção. O próprio Núcleo Distrital de Vila Real mobilizou alguns dos participantes dos *workshops* temáticos aumentando a participação do Conselho Consultivo Local, promovido pelo Núcleo de Vila Real traduzindo - se num conjunto de atividades para 2011 das quais destacamos a elaboração de um Guia de Poupança pelos próprios beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Os territórios que conseguiram replicar este projeto com resultados positivos foram o concelho de Mesão Frio cuja candidatura ao projeto CLDS teve como inspiração os dois projetos desenhados no âmbito da oficina reflexão ação; o concelho do Peso da Régua que incluiu todas as ações no seu plano de ação chegando-se mesmo à criação de um manual de procedimentos e diagnóstico da violência doméstica, tendo em 2012 esbarrado na não comunicação e disseminação destes produtos pelos membros do CLAS.

Este projeto deixa ainda um legado específico que tem a ver com a máxima que ele defende – a luta contra a pobreza e exclusão social deve ser uma luta de todos e de qualquer um. Lutar contra a pobreza faz-se a partir de estratégias locais, territorializadas e definidas por todos os atores do território: pobres e não pobres, instituições e dirigentes e em todas as áreas: economia, ação social, saúde, educação, política, cultura. Este projeto conseguiu, nas suas ações, passar esta mensagem a partir da auscultação e definição de estratégias concertadas, responsabilizando cada parceiro pela sua ação, de acordo com as necessidades sentidas pelos atores e com o objetivo de implementar em plano de ação pós 2010.

Tendo como pano de fundo esta experiência vivenciada pelo projeto em análise, no capítulo II pretende-se abordar todos os marcos teóricos que se relacionam com o objeto investigado e que o sustentam, assim como as teorias do serviço social exploradas na experiência do objeto investigado.

CAPITULO II. PARA UMA COMPREENSÃO CONCETUAL

2.1. MARCOS TEÓRICOS RELACIONADOS COM O OBJETO INVESTIGADO

2.1.1. Pobreza e Exclusão Social: da abordagem concetual à mudança de paradigma

Para entendermos o conceito de pobreza e exclusão social, importa rever alguns episódios da nossa história compreendendo, desta forma, como é que surge a luta contra a pobreza e exclusão social e o atual cenário.

Na Idade Média, o pobre tinha um papel “utilidade”, na medida em que era a figura que representava Jesus Cristo, estimulando a esmola e atribuindo ao pobre um papel de mediador e interlocutor entre os ricos e Deus já que era através da esmola e da misericórdia aos pobres que os ricos tinham o seu lugar no céu.

Mais tarde, no século XVI e inícios do século XVII, esta abordagem altera-se a partir da implantação monárquica e burguesa que laicizará a noção de pobre, passando a ter uma conotação negativa.

De acordo com Aires (2010), passamos a ter uma imagem do pobre muito ligada à mendicidade e da vagabundagem e aliada à ideia de manutenção da ordem e desprezo pelos pobres. O que diferenciava socialmente o pobre do resto da sociedade era a questão do trabalho, sendo o pobre *“aquele que não tem mais nada além do trabalho para sobreviver”* (Aires, 2010, p.109), distinguindo-se os que não conseguem aceder ao trabalho (mendigos) e os que se recusam a trabalhar (vagabundos e marginais).

Nesta linha de pensamento, continuamos a caminhar pelos séculos seguintes e paramos nos séculos XVIII e XIX. Nesta altura, a pobreza continuava associada à marginalidade rotulando os pobres como “classe perigosa” porque não se sujeitam às leis e normas tornando-se um perigo para a ordem social. *“É o primado do económico, assente na lógica do trabalho como instrumento base e que inaugura novas fronteiras a partir das quais se começa a desenhar o conceito de exclusão”* (Aires, 2010, p.109).

No século XIX, os pobres tornam-se operários e a pobreza surge como fenómeno massivo ligado à industrialização. *“Assiste-se a uma confusão do conceito entre pobres, operariado e classe perigosa”* (Aires, 2010,p.109).

Já na segunda metade do século XIX, os trabalhadores conseguem adquirir uma identidade como classe, reconhecendo-lhes o direito de beneficiar de políticas sociais. *“O trabalhador substitui-se ao pobre enquanto sujeito político”* (Aires, 2010,p.110).

No último quartel do século XIX até aos anos 50 do século XX, deixou-se de se falar no binómio ricos e pobres para passarmos a enunciar os conceitos antagónicos “capitalistas e trabalhadores”. Claramente a época da influência do socialismo de Marx e Engels. O pobre começou a manifestar-se na esfera política assumindo o papel de trabalhador organizado, congregado em relação ao seu trabalho e revoltando-se contra as condições deste. (Aires, 2010)

Nos finais dos anos 60 do século XX, a discussão em relação à pobreza reaparece sendo vista como um fenómeno dos países desenvolvidos, por um lado, e, por outro lado, surge uma noção de pobreza muito ligada ao terceiro mundo. A imagem do pobre aparece na televisão ligada aos países sub - desenvolvidos direcionada para o continente africano. Por outro lado, a imagem do excluído está diretamente relacionada com as sociedades mais desenvolvidas e de abundância do pós – guerra. (Aires, 2010)

A crise económica e mundial dos anos 70 e 80, traz-nos uma nova ideia de pobreza associada aos “novos pobres”. A pobreza já não resulta apenas de problemas de desenvolvimento porque atinge famílias que estavam inseridas na sociedade e na vida profissional e que, de um momento para o outro, estão na pobreza. Até o “bom trabalhador” que queria trabalhar, não tem emprego. A pobreza deixa de ter como explicação o fatalismo e as capacidades individuais de cada um para passar a ter uma explicação mais estrutural. Começamos a associar a pobreza aos grandes centros urbanos, a mendigos e sem abrigo (Aires, 2010).

Em 1974, o Conselho Europeu adota o Primeiro Programa de Ação Social, que reconhece uma função social que transcende o que fazem os estados membros e que, por sua vez, articula com os esforços que realizava o Fundo Social Europeu. É no período de 1975/79, que aparece o Primeiro Programa Europeu de Luta contra a pobreza defendendo-se pela primeira vez que *“são considerados pobres aquelas pessoas que dispõe de rendimentos inferiores à metade dos rendimentos médios per capita do país onde vivem”* (Aires, 2010, p.110).

É em 1985, no mandato da presidência islandesa, que surge o Segundo Programa de Luta contra a Pobreza. Na sequência da preparação do Programa, o Conselho da Europa adopta a segunda definição *“entende-se por pessoas pobres, as famílias e os grupos de pessoas para quem, os recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que se encontram excluídos das formas de vida minimamente aceitáveis no Estado Membro em que vivem”* (Aires, 2010,p.111).

Este segundo Programa de Luta contra a Pobreza incidiu a sua análise nos conceitos de marginalidade, insegurança de existência, pobreza relativa e absoluta, privação. Com este programa percebeu-se que a pobreza era um fenómeno que afectou todos os países da União Europeia.

É às portas dos anos 90 (1989), que é lançado o Terceiro Programa de Luta contra a Pobreza assumindo a designação de “*Programa Comunitário para a integração económica e social dos grupos menos favorecidos*” (Aires, 2010, p.111), conhecido naquela época como Pobreza - 3.

Segundo Aires (2010), este último programa desenvolveu 41 ações piloto com a aplicação dos princípios da multidimensionalidade, participação e parceria e desenvolveu 2 iniciativas inovadoras a partir de uma intervenção dirigida a determinados grupos destacando a maior atenção dada ao conceito de *mainstreaming*. Houve ainda um maior envolvimento da Comunidade Económica Europeia e foi criado o Observatório Europeu das Políticas Nacionais.

Na opinião de Aires (2010), no Programa Pobreza - 3 sublinha-se o aparecimento de dois conceitos relevantes para a história da luta contra a pobreza e exclusão social: exclusão e *mainstreaming*.

A noção de exclusão “avançava no interior e exterior do programa”, uma vez que tentou-se aplicar a mesma noção ao interior dos projetos. Por outro lado, o conceito de exclusão foi aplicado externamente ao programa uma vez que nas instâncias da União Europeia, este conceito era citado e incorporado nomeadamente no “tratado de Maastricht (1991), na modificação do terceiro objetivo do Fundo Social Europeu, nas diversas recomendações do Parlamento Europeu, nos programas de Ação Social da Comissão (95-97,98-99) e nos livros Verde e Branco (1993) da Política Social Europeia.” (Aires, 2010)

Já o conceito de *mainstreaming* está diretamente relacionado com a noção de exclusão pela via de levar a noção de exclusão ao conjunto das políticas da União Europeia. Ou seja, a exclusão social estava espalhada por todas as políticas europeias o que levou a que fossem tomadas em conta recomendações e orientações no que diz respeito:

- “*Aos direitos sociais, que foram refletidos na Carta Social Europeia (1961), na Carta Comunitária dos Direitos Sociais dos Trabalhadores (1989) e na Carta Europeia dos Direitos Sociais (Nice, 2000);*

Capítulo II – Para uma Compreensão Concetual

- *Aos rendimentos mínimos e a proteção social, com as recomendações de 1992 e os múltiplos estudos e resoluções da Comissão Europeia sobre a harmonização da mesma;*
- *Às políticas de desenvolvimento local (Capital Social Local) e urbanísticas (Urban I, Urban II);*
- *À potencialização da investigação no V Programa Quadro (Qualidade de vida e gestão de recursos);*
- *Às medidas anti – discriminatórias (novos programas de luta contra a discriminação e pela igualdade de oportunidades).” (Aires, 2010; pp. 111-112).*

Aires (2010) refere que, mais tarde, a noção de exclusão foi continuando a aparecer em diversas iniciativas comunitárias como os Programas Horizon, Now, Integra, no Tratado de Amesterdão, na Estratégia Europeia sobre o Emprego, na Iniciativa Comunitária Equal e em diversos programas nacionais, como por exemplo o Mercado Social de Emprego.

No quadro seguinte, elaboramos uma síntese sobre os últimos anos de luta contra a pobreza e exclusão social.

Tabela 11 – Síntese últimos anos de luta contra a pobreza e exclusão social

Ano	Acontecimento	Observações
1994	Fim dos programas de Luta contra a pobreza	
1997	Tratado de Amesterdão	Artigos (136/137) que promovem a cooperação entre os Estados Membros
	Ana Europeu da luta contra o Racismo, a Xenofobia e o Anti-semitismo	
	Início da Estratégia Europeia para o Emprego	
2000	Estratégia de Lisboa – Estratégia Europeia para a Inclusão Social	Originou os PNAI – Planos Nacionais de Ação para a Inclusão
2005	Revisão da Estratégia de Lisboa	Originou os Planos Nacionais de Reforma

Tabela 11 – Síntese dos últimos anos de luta contra a pobreza e exclusão social (Continuação)

Ano	Acontecimento	Observações
2008	Estratégia Europeia Para a Inclusão Ativa	
2010	Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social	
2010	Estratégia Europeia 2020	Eliminação dos PNAI sem apresentação de alternativas Cada país é livre de elaborar um Programa Nacional de Reformas (PNR) cujo objetivo é definição das estratégias para cumprir os objetivos definidos na Estratégia 2020;
2011	Programa Nacional de Reformas	Os PNR não têm caráter vinculativo e asseguram articulação com o QREN
2011-2014	Programa de Emergência Social	Uma espécie de PNAI para atuar na emergência social

Fonte: Adaptado de Aires (2010)

Esta tabela sintetiza os últimos anos de luta contra a pobreza e exclusão social mas, mais do que isso, permite-nos fazer uma leitura sobre as mudanças de paradigma da luta contra a pobreza e exclusão social. Passamos de um paradigma assistencialista para um paradigma direcionada para a intervenção social crítica endógena e específica focada na participação e na auscultação dos territórios promovendo estratégias de diagnóstico participadas. Nos últimos três anos, e num contexto de crise económica e social, temos vindo a assistir a intervenções com laivos de assistencialismos nomeadamente com a introdução de planos de atuação focados na emergência social e no imediato e não planeados estrategicamente de forma participada. Será que esta perspectiva de emergência social mais suportada no assistencialismo se enquadra num contexto de resposta à crise ou demonstra um recuo de paradigma? Esta reflexão torna-se relevante sobretudo quando pensamos que as questões financeiras estão a retirar ao território espaço de manobra. As novas medidas de políticas sociais territorializadas (cantinas sociais, atividade socialmente útil) contrariam a lógica da inclusão ativa e o acesso a um nível de vida digno. Parece que vão ao encontro de estratégias de

participação mas, por outro lado, ficam comprometidas pela falta de recursos e pela capacidade do território em encontrar as respostas nos discursos.

2.1.2. Pobreza, Exclusão Social e Inclusão: delimitação concetual

A discussão concetual em volta da pobreza e da exclusão social pode levar-nos a confundir estes dois conceitos e até mesmo a considerarmos que um não vive sem o outro ou que são sinónimos.

Costa (2008) refere mesmo que parece que “exclusão social” é um nome “moderno” para “pobreza”.

Quando avaliamos as condições de vida de uma pessoa e nos deparamos com carências materiais percebemos claramente que será uma “*situação objetiva de pobreza*”.

Costa (2008) refere que a pobreza é muito mais complexa do que estas carências. A pobreza é a negação da liberdade e a violação de direitos humanos. Esta tese tem sido defendida por vários autores argumentando que uma pessoa com fome não é livre porque em primeiro lugar não é livre de comer e, como consequência disso, não tem condições para o exercício de liberdade noutras dimensões.

De acordo com Costa (2008), a liberdade só faz sentido quando é exercida. Se a liberdade é reconhecida como um direito humano fundamental e se existe uma violação dessa liberdade, logo a existência de pobreza é uma clara violação dos direitos humanos fundamentais.

Alfredo Bruto da Costa (2008) defende que a pobreza “*consiste numa situação dinâmica de privação por falta de recursos*” (Costa, 2008, p.10). O que significa que para resolver uma situação de pobreza não basta resolver a privação. É preciso que a pessoa em situação de pobreza passe a ser auto – suficiente em matéria de recursos (autonomização). Muitas vezes utilizamos a expressão “não devemos dar o peixe mas ensinar a pescar”. De acordo com esta definição de Alfredo Bruto da Costa defende que não só devemos dar o peixe como devemos ensinar a pescar.

Do ponto de vista da medição de pobreza leva-nos a outro tipo de definição de pobreza de cariz meramente monetário. Quando queremos definir o limiar de pobreza e apresentarmos estatísticas sobre pobreza definimos por pobres todos aqueles que vivem abaixo do limiar de pobreza, ou seja, em Portugal, vivem com menos de 415€. Para demonstrar a limitação de uma definição deste tipo basta perguntarmo-nos: quem ganha 416€ já não será considerado pobre? A pobreza pode ser considerada em: termos

absolutos (a medição da pobreza não é efectuada tendo em conta as características específicas de cada sociedade e os padrões dominantes no seu interior); termos relativos (a medição da pobreza é efectuada tendo em conta as características específicas de cada sociedade e os padrões dominantes no seu interior); termos subjetivos (implica uma avaliação do indivíduo face à sua própria condição); termos objetivos (quando se assume que a pobreza é um fenómeno rigorosamente mensurável) (Costa, 1998).

Castel refere a noção de exclusão como *“fase extrema do processo de marginalização”* (Castel, 1990; cit. Costa, 1998, p.20).

Considera-se exclusão quando um indivíduo é excluído dos vários sistemas básicos que traduzem a cidadania (Costa, 1998).

Segundo o mesmo autor, há diferentes tipos de exclusão social: económico (referente às más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário e desemprego); social (privação de tipo relacional); cultural (racismo, xenofobia); origem patológica (problemas psicológicos ou mentais); comportamentos auto destrutivos (toxicoddependência, alcoolismo, prostituição) (Costa, 1998). Neste sentido, estes tipos de exclusão poderão aparecer sobrepostos, na prática, sendo que uma forma de exclusão pode ser, em determinados casos, consequência de outra.

A literatura sobre estes dois conceitos leva-nos a uma questão: existe alguma relação entre pobreza e exclusão social? A pobreza é uma forma de exclusão social, na medida em que o pobre é excluído de um ou mais sistemas básicos: social, económico, institucional, territorial, referências simbólicas. Neste sentido, *“pode haver pobreza sem exclusão social”*, sendo que a *“pobreza e exclusão social são (...) realidades distintas e que nem sempre coexistem”* (Costa, 1998, p.23).

Quando falamos em exclusão social facilmente identificamos o seu inverso – a inclusão. O processo de inclusão implica uma atitude de pertença, de reconhecimento social e de fazer parte de um critério de seleção. De acordo com o caderno Redação nº 9 editado pela EAPN Portugal, a *“inclusão social significa a possibilidade de aceder a um sistema societário quando se reúnem determinadas características. Possui uma determinada propriedade ou qualidade, significa traçar uma distinção em relação ao outro que não a possui (e que por isso fica excluído)”* (Redação nº 9, 2011, p. 18).

No entanto, com as atuais dinâmicas sociais derivadas das crise económica e social, facilmente percebemos que quem está hoje incluído, pode amanhã estar excluído. O que significa que as fronteiras que separam estes dois conceitos são muito ténues e

difíceis de balizar. Pode haver numa mesma pessoa aspetos de inclusão e outros aspetos de exclusão.

Na linha da inclusão, a Comissão Europeia utiliza o conceito da inclusão ativa que reúne elementos como: apoio ao rendimento, oportunidades de emprego e um melhor acesso a serviços com qualidade. (Redação nº9, 2011)

2.1.3. Atual paradigma da luta contra a pobreza e exclusão social

A luta contra a pobreza e exclusão social tem como cenário o Estado Providência ou o Estado Social em mutação. Esta transformação do Estado Providência influencia claramente as políticas sociais e a forma como o Estado, as Organizações e os diferentes *stakeholders* lutam contra a pobreza e exclusão social.

De acordo com Gonçalves (2011), *“o futuro da segurança social está a ser repensado pelos vários quadrantes políticos, num extremo de enfoques neoliberais com sistema de providência apenas para aqueles que não conseguem obter apoio de outra forma; no outro extremo, os neo-institucionais, com uma segurança social bem financiada e universal.”* No entanto, em ambos os casos, o Estado Providência, Welfare State ou Estado Social é reconhecido como *“referência fundamental para pensar o Estado Moderno”* (Gonçalves, 2011,p. 75).

A mesma autora defende ainda que qualquer reforma do Estado Providência deverá combinar traços dos diferentes modelos de políticas nomeadamente no que diz respeito a *“(...) políticas de proteção social territoriais, trabalhadas em complementaridade com o desenvolvimento local, influenciadas pelas teorias de desenvolvimento endógeno e pelos avanços dos quadros teóricos de pobreza que sugerem uma aproximação definitiva da pobreza às dimensões económicas”* (Gonçalves, 2011, p.75).

Neste sentido, a luta contra a pobreza e exclusão social começa a deixar de ser uma responsabilidade exclusiva do “Agente – Estado” para ser uma responsabilidade de todos os agentes. A resolução dos problemas dos territórios, comunidades e/ou grupos desfavorecidos começa a ser trabalhada sob a égide da parceria. Esta nova abordagem na luta contra a pobreza trouxe para o palco todos as partes interessadas neste processo promovendo uma abordagem suportada em metodologias participativas ligadas ao planeamento estratégico alargando a responsabilidade ao coletivo para accionar os recursos de combate à pobreza e coordenar políticas sociais, ambientais e económicas (Gonçalves,2011).

2.1.4. Parceria, trabalho em rede, governança como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social

Neste novo paradigma, o conceito de rede e parceria surge associado a um conceito mais global que é a governança.

Manuel Castells (2000) define rede como *“um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma limitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objectivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico susceptível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio”* (Castells, 2000, p.498).

O conceito de rede pode definir a realidade de uma pessoa, de uma micro –cultura reconhecida, de um contexto, sendo identificado em termos organizativo e/ou culturais.

Tal como defendem Veiga e Lopes (2007) *“ A noção de rede assenta no âmbito do espaço – tempo no qual os sujeitos se identificam e são identificados. Este espaço – tempo é o fruto de um “dar e receber” que cobre o significado entre os vários pontos (malhas) da rede”* (Veiga e Lopes, 2007, p.17).

Tendo como base esta noção de rede, a intervenção com a realidade pressupõe que as componentes que a compõem (sujeitos, relações, vínculos, etc.) se transformem em *“movimentos cognitivos e operativos capazes de redefinir (mudança e transformação) o sistema de intercâmbio dos significados e/ou do espaço / tempo. A intervenção em rede seria então um modo de incidir sobre o conjunto de processos vividos num determinado contexto”* (Veiga e Lopes, 2007,p.17).

Segundo os mesmos autores, a rede é ainda um espaço onde nos representamos e se representa a realidade, o lugar de conformação das representações coletivas. São as representações coletivas os meios e sensores de reconhecimento daquilo que se deve pensar para se ser reconhecido numa rede uma vez que estas representações coletivas são as regras de conformação, o espaço em que se entrelaçam ou encaixam os mecanismos de controlo e de definição social (Veiga e Lopes, 2007).

Partindo destas considerações o trabalho em rede apresenta um conjunto de aspetos relativos à dimensão organizativa e institucional, surgindo assim como uma tentativa de dar resposta à complexa e multidimensional realidade em que intervêm as entidades sociais. Teoricamente o trabalho em rede é pensado como uma forma de pôr

em prática procedimentos / modo de fazer resultado do “pensar global” para atuar no local, no concreto. (Veiga e Lopes, 2007)

Partindo destes pressupostos de trabalho em rede, considera-se que os problemas não são de um determinado grupo ou organização, mas pertencem a todos. Por isso, exige-se como premissa fundamental a negociação das diferenças “*por ordem e referência de valores que aceitamos como comuns e partilhados*” (Veiga e Lopes, 2007, p.17).

Surge então a “cultura de rede” que começa por implicar uma mudança de hábitos e práticas das e nas organizações. Por estas alterações serem também de ordem estrutural e não apenas organizativa, são afetados os valores e não apenas as práticas.

Em todo este processo começamos por estar mais predispostos à auto – crítica que começa por questionar a forma como se faz intervenção social provocando uma revolução nos modelos e dispositivos em uso, o que na maioria dos casos são considerados demasiado rígidos e obsoletos. (Veiga e Lopes, 2007)

O trabalho em rede compreende o uso da parceria como instrumento fundamental para a concretização da ação coletiva. Segundo Roque Amaro “*a parceria é um processo de ação conjunta entre vários atores e protagonistas colectivos e, eventualmente individuais que se mobilizam para realizar objectivos comuns a partir da construção partilhada de diagnósticos, disponibilizam e partilham recursos para, de uma forma articulada, definirem e negociarem estratégias e caminhos, e implementarem actividades que viabilizem os referidos*” (Amaro, 2007; cit.Veiga e Lopes, 2007, p.18).

Desta definição importa desconstruir alguns conceitos para tornar a noção de parceria mais clara. Segundo Veiga e Lopes (2007):

- a) ação conjunta: agir em conjunto, intervenção ligada à realidade para a transformar, união de vários elementos;
- b) atores coletivos: podem ser do sector público ou privado com ou sem fins lucrativos;
- c) participação: a parceria é uma forma de permitir a participação; processo através do qual a população interage e dá os seus contributos;
- d) objetivos comuns: é em torno destes objetivos que se gera a ação conjunta; estes objetivos podem ser propostos, impostos ou construídos assim como a forma como se definem os objetivos podem determinar o sucesso da parceria uma vez que serão os objetivos que vão reunir as pessoas;

- e) diagnóstico partilhado: é uma partilha de diferentes pontos de vista; o diagnóstico participativo tem os contributos da população e dos parceiros acabando por consolidar a parceria, tornando-a mais forte;
- f) partilhar recursos: estes recursos podem ser de natureza diversa: humanos, financeiros, materiais, tempo, informação; todas as parcerias devem partilhar recursos;
- g) articulação de estratégias: trata-se de negociar / combinar as estratégias de cada um e convergi-las em pontos estratégicos para serem rentabilizados numa outra fase em atividades que por sua vez vão cumprir os objetivos;
- h) avaliação: deve ser conjunta e continua implicando muitas vezes a coragem de dizermos uns aos outros o que pensamos sobre o que se está a passar.

Importa salientar as potencialidades e riscos da parceria para ações locais. Vejamos então as potencialidades, segundo Veiga e Lopes (2007):

- implicar um conjunto de atores económicos, políticos e sociais, também geradores da exclusão em ações para erradicar o fenómeno;
- quebrar o isolamento individual e a exclusão dos indivíduos, grupo ou pequenas comunidades, convidando-as a trabalhar mais em conjunto aproveitando melhor os seus recursos e coordenando melhor as suas atuações;
- definir e partilhar outras regras do jogo fazendo desaparecer a separação das logicas económicas, sociais e políticas e arrumação das diferentes políticas em setores como emprego, saúde, habitação, educação, proteção social e educação tentando integrá-las;
- criar uma nova dinâmica de relacionamento e de colaboração entre os diferentes atores: administração pública, associações, redes sociais primárias, economia social empresas com o objetivo de procurar o interesse geral;
- convidar os responsáveis políticos, peritos, operadores de terreno, excluídos e cidadãos para encontrarem espaços de dialogo, expressão, decisão, interlocução e ação;
- experimentar novas alianças e estratégias locais que permitam uma maior sensibilidade e visibilidade em relação às necessidades e exigências, uma melhor expressão dos movimentos sociais emergentes assim como uma racionalização das iniciativas e respostas;

- articular o local com o global, processo de baixo para cima (bottom – up) e vice versa (top – down), ajudando a consciencializar sobre as implicações e consequências que têm sobre a exclusão e ajudando a eliminar os obstáculos que se opõe à intervenção;
- converter-se no canalizador e catalisador do conjunto de exigências e interesses de um determinado território;
- atrair recursos externos e criar sinergias e economias internas de recursos locais;
- ajudar a socializar e aproximar o poder, aproximando os processos democráticos e as decisões coletivas dos cidadãos dado que é cada vez mais notório o afastamento entre os cidadãos e o poder político;
- limitar o corporativismo entre algumas grandes organizações obrigando-as a criar relações de pontes entre elas criando espaços para a concertação e pactos certamente mais positivas e vantajosas para o território.

Destacando as inúmeras potencialidades das parcerias, muito se têm escrito sobre os seus riscos e a forma como devemos encarar as parcerias. As parcerias não devem ser encaradas como panaceia e a solução para todos os males. Vejamos então os seus riscos, segundo os mesmos autores Veiga e Lopes (2007):

- o bloqueio que pode criar nas ações locais quando os atores não conseguem um acordo ou, noutras situações, atrasar as decisões e/ou provocar a tomada de decisões fora do tempo;
- a transformação da realidade para um cenário onde apenas se expressam, sem resolvê-las, as tensões entre uma visão mais tradicional e outra mais inovadora;
- a utilização das parcerias ser convertida numa arena política, onde sobressai o protagonismo e a interferência de umas opções e/ou pessoas em benefício próprio, ou serem transportadas para esta arena outros conflitos que nada têm a ver com a luta contra a pobreza e exclusão social;
- a projeção sobre a parceria local de interesses alheios e extra locais, nomeadamente de organizações de âmbito superior que distorcem a situação local;
- a criação de um espaço onde os atores já sabem qual o seu papel e não é alimentada nem explorada a participação das populações mais pobres e excluídas;

- a hegemonia de um único ator não permitindo a auscultação de atores mais frágeis e pequenos;
- uma má seleção do território onde se pretende atuar podendo implicar uma falta de correspondência e de legitimidade dos componentes da parceria;
- a falta de implicação dos atores e/ou desequilíbrio entre eles ano seu nível de compromisso;
- incapacidade de ir mais além de uma parceria pontual e específica, não criando as condições da sua sustentabilidade e duração.

As redes e o trabalho em rede surgem como alternativa aos modelos de gestão clássicos e tradicionais baseados na gestão piramidal, burocrática e hierarquicamente consolidados. Neste sentido, as redes baseiam-se nos valores da participação, cooperação apresentando o seu foco nas experiências e contribuições dos vários agentes. Importa assim salientar as potencialidades e desafios que este modelo nos apresenta influenciando fortemente as políticas sociais.

Segundo Veiga e Lopes (2007), as potencialidades do trabalho em rede estão ligadas aos ideais de democratização do processo, descentralização e participação cidadã como elementos que proporcionam maior eficácia às políticas e projetos sociais. Os mesmos autores destacam assim as seguintes potencialidades:

- pluralismo – as redes são compostas pela diversidade e pluralismo permitindo um maior nível de aprofundamento na análise dos problemas uma vez que os participantes têm visões diversificadas;
- articulação da experiência local e experiência global- tendo em conta o pluralismo destes dos participantes da rede, permite-nos trocar experiências locais e globais gerando uma integração das experiências particulares com a saberes empíricos e teóricos enriquecendo a análise e soluções das necessidades;
- criação de padrões de relação entre governo e entidades civis mais ágeis e flexíveis;
- as redes são estruturas mais flexíveis e menos burocráticas permitindo a reestruturação de planos e adaptando-se a mudanças da sociedade e das circunstâncias;

- nas redes a elaboração dos objetivos, das metas e dos planos é democrática legitimando-os e aumentando desta forma o nível de motivação dos mesmos, permitindo uma maior sustentabilidade e eficácia dos projetos sociais.

Assim como as redes nos apresentam as suas potencialidades, são apontados por Veiga e Lopes (2007) alguns problemas e dificuldades:

- o grau de previsibilidade e segurança na realização das metas propostas é baixo, uma vez que não existem mecanismos claros que assegurem a responsabilidade dos agentes dentro do processo. Ou seja, o número, o envolvimento e a motivação dos agentes é de tal forma fluido e imprevisível que, o que não é raro, as redes podem diminuir ou praticamente desaparecer no meio de um projeto;
- a ausência de instâncias centrais de poder, bem como as dificuldades de coordenação dos múltiplos agentes, no que diz respeito a responsabilidades, prazos e cumprimento de tarefas, podem gerar disfunções e ineficácia na gestão de projetos;
- a necessidade de estruturar os projetos e ações de forma democrática, dialógica, pode tornar a tomada de soluções lenta e pouco eficaz, caso não haja grande envolvimento e motivação por parte dos agentes envolvidos. Assim o que se poderá ganhar por haver uma estrutura mais flexível pode perder-se na lentidão dos processos decisórios;
- a legitimidade de ações criadas e geridas por redes de movimentos e associações sociais é contestável uma vez que tais instituições se proclamam representantes de grupos sociais, quando não de interesses públicos e coletivos sem que haja mecanismos de voto, como nos partidos, de identificação dos mesmos como seus legítimos representantes;
- dificuldades nas redes no que diz respeito ao controle e avaliação dos gastos das redes de política, uma vez que frequentemente, esses operam a partir de financiamentos de governos e fundações, sem que haja um claro planejamento de gastos, avaliação de resultados, além da dispersão de recursos.

Refletindo os conceitos de parceria, trabalho em rede e governança na lógica dos seus alcances e limites e transferindo-os para o projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania”, identificamos um conjunto de fatores que ainda se constituem como limites à parceria deste projeto:

- algumas parcerias criaram bloqueios às ações locais: não houve acordos entre os parceiros, tomaram decisões fora do tempo;
- utilização de parcerias como arena política e transporte para esta arena outros conflitos;
- criação de espaços sem ser explorado a participação das pessoas em situação de desfavorecimento social;
- hegemonia de atores não auscultando outros;
- falta de implicação de atores e desequilíbrio entre o nível de compromisso deles;
- incapacidade de transpor a parceria formal não criando condições para a sustentabilidade.

As redes envolvidas no projeto apresentaram claramente dificuldades ao nível de envolvimento e motivação dos seus membros sendo notório, em alguns CLAS, o desaparecimento da participação de alguns membros ao longo do projeto. Também foram identificadas as dificuldades na coordenação de agentes locais pela ausência, em muitos CLAS, de instâncias centrais de poder, ou seja, pela não valorização dos dirigentes e decisores políticos relativamente aos CLAS. Outra dificuldade identificada prende-se com a legitimidade das ações criadas pelas redes, por exemplo, no caso das redes sociais, quando em algumas candidaturas a programas e financiamentos de projetos, as entidades promotoras são sinalizadas através de convite e não por concurso. Este aspeto desvaloriza o papel da rede social, desmobiliza e desmotiva parceiros.

2.1.5. Participação e *empowerment* como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social

2.1.5.1. Dos direitos de cidadania à democracia participativa

Estas novas abordagens de combate à pobreza e exclusão social decorrentes da crise de modelos clássicos de providência social, introduzem no quadro concetual, o conceito de participação associado ao exercício de cidadania. Falar de participação implica assim falar de direitos, de cidadania e de democracia.

Na definição clássica de Marchal (1992; cit. Redação n.º 9, 2011, p.19), a cidadania refere-se ao “*status que se concede aos membros de pleno direito de uma comunidade*”. Temos de olhar para esta definição à luz de duas grandes componentes: o indivíduo e a comunidade. “*A base desta concetualização é o reconhecimento de uma igualdade humana básica associada à pertença plena do Estado – Nação, que transcende qualquer das desigualdades que existem na realidade*” (Redação n.º9, 2011, p.19).

Neste sentido, atualmente há uma posição mais crítica sobre o conceito de cidadania sustentada no facto de que vivermos numa sociedade plural cujos indivíduos exigem o exercício da cidadania a partir das suas diferenças e especificidades.

Adela Cortina (2006), distingue 2 tipos de cidadania: cidadania passiva “que só reclama direitos” e cidadania ativa “*de quem está disposto a reclamar os seus direitos e a exercê-los, a assumir as suas responsabilidades e a construir, participando nela, a vida em comum*” (Cortina, 2006; cit. Redação n.º 9, 2011, p.20).

Esta noção de co – responsabilidade como um valor associado ao sentido tradicional de cidadania como um direito, está presente nos discursos atuais demonstrando que a nova sociedade quer fazer ouvir a sua voz exigindo uma adaptação das estruturas tornando a participação na discussão e nas tomadas de decisão possível.

Deste modo, o conceito de cidadania sofre as suas evoluções. As primeiras noções deste conceito dizem respeito à inclusão de direitos de membros de uma mesma comunidade, ou seja, “*a cidadania era considerada a partir de dentro, sem se ter em conta os direitos das pessoas que podiam chegar de outros lugares, com outras culturas*” (Redação n.º 9, 2011, p. 20).

Esta visão clássica de cidadania engloba três tipos de direitos: civis, políticos e socioeconómicos. Se os direitos civis se referem ao exercício da liberdade individual, os direitos políticos referem-se à plena participação no espaço público. Os direitos

socioeconómicos (ou sociais como também pode ser utilizado), permitem usufruir de um determinado nível de vida e de proteção social. (Redação 9, 2011).

Segundo Arango (2006), *“a cidadania deveria corrigir ou limitar o impacto das desigualdades geradas pelo sistema económico na medida em que o Estado garantia a redistribuição dos bens e criaria condições de igualdade para todos”* (Arango, 2006; cit. Redação nº 9, 2011, p.21).

Este cenário está muito longe da nossa realidade uma vez que atualmente, no mesmo espaço, convivem pessoas que têm e que não têm direitos de cidadania.

Como consequência da globalização, temos vindo a verificar uma procura de modelos alternativos de políticas que garantam níveis aceitáveis de cidadania, democracia e soberania.

A democracia representativa, tal como a conhecemos, tem vindo a apresentar-se insuficiente. Impõe-se outras formas de liderança baseadas mais na participação, na co-responsabilização mas sem tirar o mérito e os princípios fundadores da democracia.

Subscreve-se Gonçalves (2011), quando defende *“Importa restaurar os princípios da democracia, partindo do reconhecimento do universalismo do espaço público e da afirmação de cidadania nos planos cultural, económico e político”* (Gonçalves, 2011, p. 91).

A discussão entre os modelos de democracia representativa e/ou participativa encontram em Santos (2003) um novo modelo que deve basear-se na *“coexistência - fórmula mais utilizada nos países centrais, ou na complementaridade, fórmula mais utilizada nos países periféricos ou semiperiféricos”* (Santos, 2003; cit. Gonçalves, 2011; pp.93-94).

Norberto Bobbio (2002), confrontado com o atual estado da democracia, identifica a existência de cinco promessas não cumpridas do ideal democrático das quais destacamos a educação para a cidadania.

Segundo Bobbio (2002; cit. Dias, 2008, p. 198) *“A democracia requer cidadãos ativos mas o modelo de representação mais não tem feito do que produzir um fenómeno generalizado de apatia política. Vivemos mais numa democracia de eleitores do que numa democracia de cidadãos.”*

Na investigação de Dias (2008), o Orçamento Participativo aparece como uma alternativa a estes modelos. É defendido pelo mesmo autor que este modelo não altera *“o espectro da democracia moderna”*. É exigido uma aposta fundamental na educação para a democracia e para a participação já que os défices de cidadania ativa são visíveis.

2.1.5.2. Para uma definição de participação

A palavra participar significa fazer parte de algo, fazer parte de uma sociedade, ou receber uma parte de algo. De facto, a palavra participação vem da palavra “parte”. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas é tudo a mesma coisa ou há diferenças no significado destas expressões? João faz parte de nosso grupo mas raramente toma parte das reuniões. Fazemos parte da população de Portugal mas não tomamos parte nas decisões importantes.

Podemos assim distinguir, por um lado, uma intervenção ativa dos sujeitos na construção da sua própria realidade e, por outro lado, uma dinâmica de intercâmbio que gera uma mútua transformação entre o sujeito e o contexto no qual participa. (Redação nº 9, 2011)

Neste sentido, a participação vista como a “transformação” e o “tomar parte” com outros o conjunto de relações e espaços sociais define-se como uma relação social que pode expressar-se de diversas formas: participação cidadã, comunitária, social e política. (Redação nº 9,2011)

Na figura que se segue expõe-se as principais dimensões do conceito de participação.

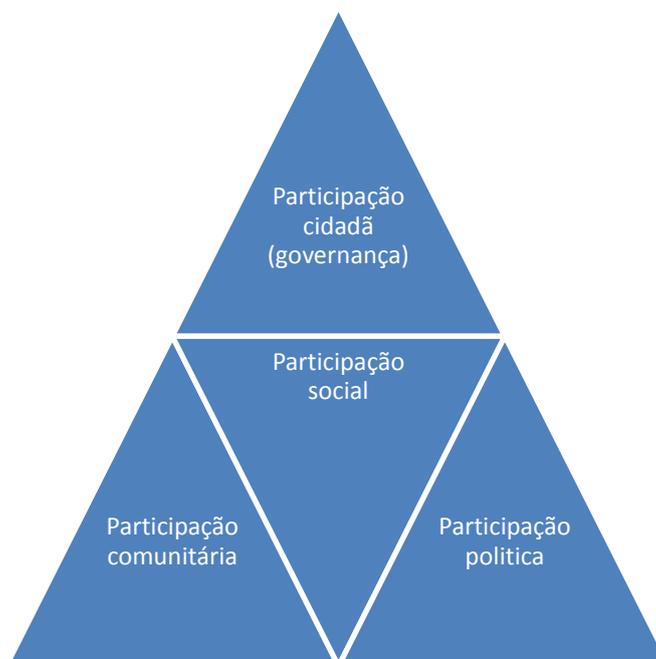


Figura 2. Dimensões do conceito de participação

Fonte: Caderno Redação nº 9, EAPN Portugal

Entende-se como participação cidadã o tomar parte nas decisões sociais e políticas num quadro territorial muito concreto.

Neste sentido, baseia-se na condição de cidadania. Esta visão está muito próxima da ideia de governança, *“entendida como a interação das administrações públicas com a sociedade civil, não em termos de relação hierárquica, mas sim como a relação em rede de forma a garantir a eficácia, a qualidade e a boa orientação de políticas públicas, o que no fundo proporciona às autoridades parte da sua legitimidade”* (Redação nº 9, 2011,p. 22).

Refere-se ainda que a participação cidadã pode ser individual ou coletiva e esta distinção depende da possibilidade de exercer os direitos de cidadania através de espaços formais, nomeadamente os direitos políticos (através do voto ou de militância política), mas também os direitos civis através da participação em associações ou de liberdade sindical (Redação nº 9, 2011).

A participação comunitária é um processo em que a cidadania, de forma organizada, exerce influência e partilha o controle das decisões. Aqui, as comunidades assumem o papel de protagonistas na defesa dos seus interesses (Redação nº 9,2011).

Autores como Camps (2000; cit. Redação nº 9, 2011, p.22) defendem que participação comunitária é: *“processo aberto transformador no qual se leva a cabo uma política específica orientada para capacitar e aumentar o poder de cidadania e impulsionar o seu papel no fortalecimento do desenvolvimento comunitário”*.

Nestas definições de participação comunitária surgem sempre conotações relacionais incluindo ou não espaços formais de participação.

Outra dimensão da participação é a participação social. Esta participação pode ser entendida numa dimensão individual ou coletiva e incidir em domínios sociais ou comunitários. Assim sendo, *“pressupõe aumentar a motivação, a capacidade e a possibilidade dos indivíduos participarem colectivamente nos assuntos sociais”* (Redação nº 9,2011, p. 22).

Do ponto de vista do trabalho profissional com o objetivo de promover as possibilidades de participação social de pessoas e grupos está relacionado com o apoio organizativo, a formação para a organização e a criação de condições e estruturas para a participação – espaços de diálogo numa lógica de participação. Este conjunto de pressupostos está muitas vezes associado o fortalecimento da cultura democrática (Redação nº 9, 2011).

Por último, a participação política é entendida como “ações realizadas por cidadãos que estão de alguma forma dirigidas a influenciar a selecção do pessoal governamental ou as suas actividades, a introduzir novos temas na agenda, e/ou a mudar os valores e as preferências conectadas directamente com a tomada de decisões políticas” (Ulzurrun, 2001; cit. Redação nº9, 2011, 23).

Estas quatro dimensões de participação são relevantes no atual contexto uma vez que pressupõe o envolvimento de organizações e pessoas. As organizações participam em organismos e instituições públicas, em espaços institucionais (conselhos, fóruns, plataformas), onde podem exercer, segundo o seu grau de influência e as suas possibilidades, a sua participação social e cidadã. As pessoas e os grupos com os quais estas organizações trabalham podem exercer participação social ou a participação comunitária, mas na medida em que não têm todos os seus direitos como cidadãs e cidadãos, porque lhes está vedada a participação formal e política (Redação nº 9, 2011).

Em suma, na tabela que se segue apresentamos as principais diferenças e semelhanças das dimensões da participação.

Tabela 12 – Diferenças e Semelhanças das dimensões da participação

Conceito	Dimensões	Pontos divergentes	Pontos convergentes	Exige
Participação	Política e Cidadã	Ligada à tomada de decisões em espaços institucionais de participação	Trata-se de processos; pretende-se o bem coletivo; supõe sempre uma tomada de consciência do coletivo; precisam de estratégias de <i>empowerment</i> individual e de grupo; trata-se de atuações que podem promover a ação coletiva	Reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas e grupos que participam
	Comunitária	Ligada à tomada de decisões numa comunidade específica ou num território		Vinculação de pessoas e grupos que participam numa comunidade ou território concreto
	Social	Ligado ao envolvimento nas decisões sobre o social em qualquer espaço organizativo ou territorial		Todas as anteriores em função dos objetivos definidos

Fonte: adaptado Caderno Redação 9 (2011), EAPN Portugal

Esta tabela permite-nos fazer uma leitura à luz do projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania”. Neste sentido, a dimensão da participação abordada neste projeto foi a participação social e comunitária. A partir dos workshops temáticos com pessoas em situação de pobreza conseguiu-se alcançar uma participação social já que houve envolvimento nas decisões sobre os problemas sociais identificados ao nível do território. Ao nível das oficinas reflexão ação conseguimos abordar ainda esta dimensão social uma vez que também houve envolvimento nas decisões dos problemas sociais. Contudo, ao nível da participação comunitária e de acordo com esta abordagem descrita na tabela acima, podemos dizer que foi conseguida nas oficinas reflexão ação a partir do momento em que foi tomada uma decisão ao nível comunitário através da criação de projetos / ações.

2.1.5.3. Para uma definição de *empowerment* ou empoderamento

Na linha concetual que temos vindo a seguir, é necessário tornar claro o conceito de *empowerment* ou empoderamento já que este é uma peça fundamental na estratégia de luta contra a pobreza, tal como a defendemos. O universo concetual deste conceito traz inúmeros aspetos e significações tornando –o polissémico.

De acordo com Rowlands (2006; cit. Redação nº 9, p. 23), *empowerment*: “*consiste em incluir no processo de tomada de decisões, as pessoas que se encontram fora do mesmo.*”

O mesmo autor, destaca três dimensões de *empowerment*:

- Pessoal – o *empowerment* tem como objetivo desenvolver o sentido do eu e da confiança e da capacidade individual destruindo deste modo os efeitos da “opressão interiorizada”;
- Relações próximas – o *empowerment* pretende desenvolver a capacidade de negociar e influenciar a natureza da relação e às decisões que se tomam dentro dela;
- Coletiva – o *empowerment* tem como objetivo envolver os indivíduos para que estes trabalhem conjuntamente para conseguir impacto diferente do que poderiam ter se trabalhassem individualmente. Esta dimensão inclui já uma participação nas estruturas políticas devendo abarcar a ação coletiva baseada na cooperação e não na competência. (Redação nº 9, 2011)

Entendendo as dimensões como uma área mais abrangente, trazemos para a discussão as componentes do *empowerment* discutidas por Branco (2009) com base no trabalho de Bossé (2003). Subscrevendo assim Branco (2009), podemos identificar um conjunto de componentes essenciais para a abordagem do *empowerment* de pessoas e coletividades.

Tabela 13 - Componentes do empowerment de pessoas e coletividades

Componente 1	Componente 2	Componente 3	Componente 4
A condição simultânea das condições estruturais e individuais da mudança social	A referência contextualizada do(s) ator(es) e dos quadros de ação	A definição da mudança visada e das suas modalidades com as pessoas mais diretamente envolvidas	O desenvolvimento de um processo de ação de conscientizante.

Fonte: Branco (2009)

No que diz respeito à componente 1, parte do pressuposto que o processo de *empowerment* pretende aumentar a capacidade das pessoas (individualmente ou coletivamente) de influenciar a sua realidade de acordo com as suas aspirações e expectativas, logo há uma obrigação de tomar simultaneamente consciência da influência dos fatores sociais e das características individuais na análise da realidade. Neste sentido, temos de ter em conta a disponibilidade e acesso aos recursos do meio e a vontade e capacidade das pessoas serem as “donas dos seus destinos”. A componente 2 refere-se essencialmente à forma concreta e contextualizada como o *empowerment* se exprime. O objetivo desta componente é modificar a realidade com recurso a atores específicos e através de formas que variam conforme os contextos. No que se refere à componente 3, a perspectiva do *empowerment* implica uma participação e envolvimento das pessoas implicadas desde a conceção de um programa e iniciativa social que as afeta. Por último, a componente 4 considera que o *empowerment* não deve ser reduzido ao ato de participação em si. A ação é um instrumento de aquisição de poder mas que só poderá ser pertinente numa lógica de influência pessoal ou colectiva sobre o meio, ou seja, uma “ação conscientizante”.

Tendo em conta as dimensões e componentes do *empowerment* e reconhecendo a polissemia do conceito, Francisco Branco (2009) considera que existem dois tipos de dimensões da mudança influenciando a conceção de *empowerment*. A mudança pode ter uma dimensão coletiva ou individual.

Na mesma linha, subscreve-se Branco (2009, p. 89) que, em concordância com Bossé, define *empowerment* como “o desenvolvimento do poder de agir” uma vez que esta articulação caracteriza-se “pela articulação entre o se pôr em ação e a disponibilidade de recursos que ela requer.”

Neste sentido, o mesmo autor refere que os processos de *empowerment* têm de ter disponíveis dois tipos de recursos: individuais (competências, eficácia pessoal) e coletivos (ações individuais ou coletivas, disponibilidade de recursos financeiros, de informações, etc).

O *empowerment* é aqui entendido como “estar em condições de agir (...) como poder de agir implica o caráter simultâneo e irreduzível da mudança pessoal e da mudança colectiva” (Branco, 2009, p.89).

Assim, o “acesso aos recursos representa um meio e não um fim do processo de *empowerment*, mas não é o único nem mesmo o mais determinante. A mudança pessoal assume um caráter central no processo de *empowerment* pois o que se visa é que os indivíduos em processo de *empowerment* se tornem atores e assumam o controlo sobre o que é importante para si e para a comunidade” (Branco, 2009, p. 90).

O pólo individual do *empowerment* assume um caráter nuclear, segundo Francisco Branco (2009).

Reforçando a importância dada ao *empowerment* individual como a chave de todo o processo de “estar em condições de agir”, é necessário perceber melhor como é definido o *empowerment* individual e quais as suas componentes.

Figura 3. Componentes do empowerment individual

<p style="text-align: center;">Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência silenciosa • Participação nas discussões simples (direito à palavra) • Participação nos debates (direito a ser entendido) • Participação nas decisões (aval ou recusa de consentimento) 	<p style="text-align: center;">Componentes Práticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição progressiva dos conhecimentos e habilidades práticas e técnicas requeridas para a participação e a ação
<p style="text-align: center;">Auto – Estima</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto – reconhecimento da legitimidade de uma identidade própria • Auto – reconhecimento da sua própria competência (visão de si) • Reconhecimento da sua competência pelos outros (confiança em si) 	<p style="text-align: center;">Consciência Crítica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciência colectiva (os problemas como transcendendo a dimensão individual) • Consciência social (os problemas são influenciados pelo modo de organização social) • Consciência política (a solução dos problemas de ordem estrutural passa pela mudanças social – pela ação política)

Fonte: Branco (2009, p.90) (adaptado de Ninacs, 2003:figura 3 – p.24).

Estes quatro planos em que o empowerment individual opera apresentam-se encaixados entre si “*de uma forma conjunta e pela sua interação, geram a passagem de um estado sem poder a um estado no qual o indivíduo se torna capaz de agir em função das suas próprias escolhas*” (Ninacs, 2003; cit. Branco, 2009, p. 91).

A perspetiva do projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” focou a sua ação no empoderamento de comunidades e no empoderamento de pessoas. Desde logo, a abordagem situada por Branco (2009) requer especial atenção quando refere que os processos de empoderamento pressupõem dois tipos de recursos: individuais e coletivos. No projeto em causa esses recursos não estavam disponíveis na sua totalidade. Contudo, podemos verificar passos significativos de avanço no empoderamento individual nomeadamente nas ações que trabalhavam com públicos desfavorecidos (workshops temáticos, workshop final, seminário final e publicação). Através das várias metodologias participativas já abordadas no capítulo I, foram trabalhadas as componentes do *empowerment* individual nomeadamente a participação, componentes práticas, a melhoria da auto estima e a consciência coletiva.

No que diz respeito às dimensões de *empowerment* defendidas por Rowlands (2006) identificamos a dimensão de empowerment coletivo mais ao nível das oficinas reflexão ação desenvolvidas em contexto de rede social com os CLAS. A dimensão pessoal e relações próximas identificam-se ao nível das ações com os públicos desfavorecidos (workshops temáticos, workshop final, seminário final e publicação).

2.1.6. As metodologias participativas como princípios e estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social

A utilização da metodologia participativa aparece-nos como a estrada de sentido obrigatório cumprindo os princípios e estratégias descritas nos pontos anteriores como fundamentais na luta contra a pobreza e exclusão social.

A abordagem participativa utilizada neste projeto remete-nos para a necessidade de clarificar o conceito de metodologia participativa. Subscreeve-se assim Schiefer et al. (2006, p. 257): “*Variedade de métodos e técnicas caracterizadas pela prevalência de abordagens e procedimentos que envolvem, ativamente, os atores sociais implicados num determinado contexto, processo ou evento. Neste tipo de metodologias valoriza-se sobretudo a participação dos atores, o envolvimento dos participantes e a interação e o confronto de perspetivas.*”

Nesta linha, as metodologias participativas pretendem introduzir uma mudança nos sistemas sociais e nas organizações a partir de uma abordagem menos convencional baseada no modelo de “baixo para cima” (*bottom – up*) em vez das abordagens mais tradicionais de “cima para baixo” (*top – down*). Neste sentido, esta intervenção é orientada por uma visão estratégica e de planeamento implicando outros atores sociais, outras organizações, outros projectos, outros grupos sociais (Schiefer et al, 2006).

Esta abordagem participativa tem por finalidade apoiar a população alvo a estruturar o seu próprio programa de desenvolvimento. Tal como refere Coelho (2005): *“A sua utilização (metodologias participativas) suporta-se na intervenção de um facilitador que, se por um lado se assume neutral em relação ao rumo dos exercícios, assume-se pelo contrário empenhado na construção de decisões locais na perspectiva da gestão local dos processos de desenvolvimento”* (Coelho, 2005, p.8).

Schiefer et al. (2006) alerta-nos para a influência que a abordagem da metodologia participativa exerce no planeamento estratégico e no planeamento organizacional. *“A abordagem participativa, para o ser, tem de ser aplicada tanto a nível estratégico como a nível organizacional. Tal não significa que não seja possível utilizar a metodologia participativa apenas no contexto do planeamento operacional. Todavia, nestes casos, à partida, a participação já se encontra cerceada por limites previamente estipulados. Isto é, se as linhas de orientação gerais já foram preestabelecidas, o alcance da participação é obviamente limitado”* (Schiefer et al, 2006,p.24).

Dentro desta abordagem de metodologia participativa é valorizada principalmente a interação, o confronto de perspetivas e o envolvimento dos participantes remetendo-nos para um maior envolvimento dos atores no processo de desenho e gestão de projetos (Schiefer et al, 2006).

Tal como nos alerta o mesmo autor, este envolvimento está longe de ser um processo simples uma vez que estamos perante uma multiplicidade de perspetivas por vezes de difícil conciliação. *“O grande desafio da metodologia participativa está, precisamente em encontrar uma forma de integrar estes diferentes actores e perspetivas”* (Schiefer et al, 2006, p.25).

Partindo destas definições e reflexões de metodologias participativas é necessário operacionalizar este conceito. Neste sentido, torna-se necessário distinguir métodos e técnicas. Etimologicamente método e técnicas são dois termos de origem grega que se apresentam indissociáveis. Enquanto que método é o caminho, a via, a rota; a técnica é a

arte de caminhar até obter o resultado. O instrumento é o objetivo palpável utilizado pelas diferentes técnicas para obter dados.

Assim sendo, o método utilizado no projeto em análise é o método participativo enquanto que as técnicas e instrumentos utilizados foram as mais diversas tendo todas elas um cariz participativo, de envolvimento e auscultação com o objetivo de os atores contribuírem para a resolução dos problemas individuais ou comunitários.

Ao nível dos métodos participativos, a plataforma CIARIS⁵ reconhece como fundamentais a abordagem em quatro dimensões (CIARIS, 2008):

- **Consulta às partes interessadas:** *“A participação pode ser compreendida e implementada a diferentes níveis. A consulta directa de potenciais ou actuais beneficiários é uma possibilidade.”*;
- **Mobilização e o encorajamento:** *“A Participação pode ser também compreendida como estando ligada à possibilidade de que os potenciais ou actuais beneficiários podem ser estimulados a se organizarem em formas organizacionais específicas que visam a defesa activa dos seus interesses específicos”*;
- **Estimulação da democracia participativa:** *“A democracia participativa corresponde a outro entendimento da participação ligada a uma maior compreensão da cidadania e participação política. A possibilidade de os potenciais beneficiários influenciarem o uso de recursos públicos pode corresponder a este entendimento”*;
- **Informação e comunicação:** *“A participação exige informação adequada. As questões relacionadas com a comunicação desempenham um papel relevante na facilitação do acesso à informação e na construção das bases para a sensibilização e compreensão crítica dos problemas e das possíveis soluções. Há que encontrar métodos que melhoram a participação através de informação e comunicação adequadas”*.

No que respeita ao projeto em análise foram utilizadas metodologias participativas que vão ao encontro destas quatro dimensões. A dimensão “consulta às partes interessadas” foi abordada nas oficinas reflexão ação (através das metodologias participativas análise *swot*, grelha de ação e *focus group*) e nos *workshops* temáticos (metodologia *world café* e inquérito apreciativo).

⁵ Centro Informático de Aprendizagem e de recursos para a Inclusão Social.

A dimensão “mobilização e encorajamento” foi abordada nas oficinas reflexão ação quando realizamos um diagnóstico participativo, nos *workshops* temáticos (através da técnica do role play, do *world café* e do inquérito apreciativo) e ainda na ação seminário final quando a partir dos fóruns comunitários pretendemos mobilizar dos atores locais para a participação.

Foi também abordada a dimensão de “estimulação da democracia participativa” nomeadamente na ação seminário final e *workshop* final com o envolvimento e todos os participantes (técnicos, decisores políticos e públicos desfavorecidos) levando a um maior compromisso político e coletivo.

Por último, identifica-se a dimensão informação e comunicação como transversal a todas as ações deste projeto. Foi sempre transmitida esta ideia de que os processos participativos e as metodologias participativas estão ao serviço da melhoria da informação e comunicação dos processos, dos conteúdos no sentido de tornar essa participação mais eficaz e eficiente.

2.2. A PRÁTICA PROFISSIONAL À LUZ DAS TEORIAS DO SERVIÇO SOCIAL

A discussão teórica que nos conduz à definição daquilo que são as teorias do serviço social remete-nos para um consenso defendido por Payne (2001; cit. Amaro, 2008, p.66) que considera que a *“identificação de uma área específica de saberes é um contributo fundamental para a ocupação de um espaço de jurisdição / expertise e a definição de uma identidade própria da profissão”*.

Neste sentido, é defendido por Amaro (2008) que o serviço social deve incorporar no seu campo de saberes os saberes de outras áreas de produção científica. Este facto torna-o mais rico e multidisciplinar, situando-se neste âmbito as teorias do serviço social.

Partindo destes pressupostos, este capítulo pretende identificar as teorias do serviço social que, de alguma forma, foram apropriadas na prática profissional a partir da execução deste projeto. Neste sentido, assumem particular destaque três teorias do serviço social: teoria sistémica e ecológica; teoria do desenvolvimento social e comunitário; teoria da capacitação e advocacia.

2.2.1. Teoria sistémica e ecológica

A referência temporal da teoria dos sistemas data dos anos setenta (1971). Segundo Payne (2002), esta teoria tem sido tema de grande controvérsia distinguindo-se duas formas de teoria dos sistemas: teoria geral dos sistemas e teoria ecológica dos sistemas.

Autores de referência como Pincus e Minahan (1973) aplicam a teoria dos sistemas ao trabalho social referindo que “*as pessoas dependem de sistemas no seu ambiente social imediato para conseguirem uma vida satisfatória*”(Pincus e Minahan, 1973; cit. Payne, 2002, p.200).

Desta forma, o trabalho social deve focar-se nestes sistemas. Distinguem-se claramente três tipos de sistemas (Payne, 2002, p.200):

- “*sistemas informais ou naturais (como a família, amigos, vizinhos)*;
- *sistemas formais (como ONG, sindicatos, associações ou instituições locais)*;
- *sistemas societais (hospitais, escolas).*”

Existindo este conjunto de sistemas, que facilmente hoje em dia podemos observar, também podemos refletir na falta de capacidade das pessoas em situação de pobreza e/ou desfavorecimento social em utilizar estes sistemas. Esta incapacidade acontece devido à inexistência de alguns destes sistemas nas vidas destas pessoas (por exemplo, um idoso que viva isolado sem amigos ou vizinhos); as pessoas podem desconhecer estes sistemas ou não desejar utilizá-los (por exemplo não utilizar as respostas sociais de uma instituição do concelho); as regras e normas de um sistema podem gerar conflitos entre os vários sistemas assim como podem criar problemas aos seus utilizadores (por exemplo uma pessoa em situação de pobreza que recebe bens essenciais de uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de uma entidade pública, como uma Câmara Municipal (Payne, 2002).

A grande dificuldade é o trabalhador social perceber a causa dos problemas após uma análise cuidada entre as interações dos clientes / utentes e o seu meio ambiente composto por estes sistemas.

Na discussão teórica assume-se que esta análise parte de uma relação que é caracterizada por: relação de colaboração (existe um propósito partilhado); relação de negociação (quando é preciso chegar a um acordo); relação de conflito (quando os objetivos de cada um são diferentes e caminham em direções opostas) (Payne, 2002).

A teoria ecológica baseia a sua ação no “modelo da vida” desenvolvido por Germain e Gitterman (1980; cit. Payne, 2002, p. 205). Este modelo vê as pessoas em constante adaptação no seu ambiente. O ambiente e as pessoas mudam e são mudados pelo ambiente e no ambiente numa “*adaptação recíproca*”, tal como refere Payne (2002, p. 205).

Quando os sistemas da vida (individual ou em grupo) não conseguem equilibrar o seu ambiente significa que os *inputs* (informação, comida ou recursos) não estão a ser recebidos da forma mais adequada gerando *stress* (Payne, 2002).

Pode surgir de três tipos de transições: “*transições da vida (mudanças de estatuto e papel, reestruturação do espaço de vida); pressões ambientais (oportunidades desiguais, organizações duras e insensíveis); Processos interpessoais (exploração, expectativas inconscientes)*” (Payne, 2002, pp. 205-206).

O papel do trabalhador social, nesta teoria ecológica, é “*fortalecer as capacidades adaptativas das pessoas e influenciar os seus ambientes*” trabalhando a área das *transições* e assumindo o papel de capacitar, ensinar e facilitar (Germain e Gitterman, 1980, p. 10; cit. Payne, 2002, p. 206).

Nesta perspetiva, os problemas surgem quando não há esta adaptação ou há dificuldade nesta adaptação. Sendo que estes problemas são categorizados em três grandes áreas (Payne, 2002):

- “*Definições sociais de role e status (como os medos do cliente e o estatuto oficial do trabalhador social);*
- *Estrutura e funções da instituição (como normas e política);*
- *Perspetivas profissionais (por exemplo ética)*” (Payne, 2002, p. 206).

Um dos principais desenvolvimentos no que diz respeito à teoria sistémica é a análise das redes nos sistemas de apoio social. Esta análise das redes, já destacada por Payne (2002), foca-se em dois subsistemas fundamentais: “*grupos formais de apoio planificado*” e “*capacitação de assistentes informais ou naturais*” de ajuda de amigos, vizinhos familiares.

O objetivo dos trabalhadores sociais nesta análise das redes é “*analisar as redes dos clientes e para os laços institucionais que formam um padrão na vida quotidiana dos clientes*” (Payne, 2002, p. 211).

Esta análise permite encontrar os seus pontos fracos e fortes apostando nas redes que podem trazer mais benefícios para a resolução de problemas do cliente.

2.2.2. Teoria do desenvolvimento social e comunitário

Subscrevendo Payne (2002) o desenvolvimento social e comunitário é muitas vezes excluído das principais áreas da prática do trabalho social nos países ocidentais. No entanto, já nos países não ocidentais a principal forma de intervenção social é o desenvolvimento social e comunitário. Historicamente, assistimos à utilização do modelo de desenvolvimento social e comunitário na maioria dos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente durante os anos 80. Mas de que falamos quando falamos em modelos de desenvolvimento social e comunitário? A definição mais importante e mais utilizada é defendida por Paiva (1977) que nos diz que: “*o desenvolvimento da capacidade das pessoas trabalharem continuamente o bem-estar de si próprios e da sociedade*” (Paiva, 1977; cit Payne, 2002, p. 284).

Esta definição foca-se na capacidade individual e na necessidade da sua melhoria. No entanto, Paiva (1993; cit. Payne, 2002, p. 284) defende que esta definição não exclui os quatro aspetos importantes do desenvolvimento social:

- Mudança estrutural;
- Integração socio – económica;
- Desenvolvimento institucional
- Renovação.

Outros autores como Jones e Pandey (1981; cit. Payne, 2002, p. 284), referem que o desenvolvimento social foca-se mais no desenvolvimento institucional, ou seja, as instituições sociais devem ir ao encontro das pessoas de uma forma adequada. Nesta linha de pensamento, o desenvolvimento social é um processo de mudança que conjuga as necessidades e aspirações humanas e as políticas e programas sociais.

Autores como Midgley (1995; cit. Payne, 2002, p.289), defendem que são precisos vários fatores para que possamos ter uma teoria de desenvolvimento social adequada. Estes fatores são:

- É necessário um compromisso ideológico entre o desenvolvimento e o progresso;
- O desenvolvimento pressupõe uma intervenção;

- A intervenção social procura o bem-estar e neste sentido, o papel dos fatores económicos é fundamental. No entanto, há que equacionar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social;
- É necessário considerar as três estratégias ideológicas: individualista; coletivista e populista;
- É necessário focarmos o desenvolvimento social nos seus objetivos que podem passar pela reorganização de uma sociedade como auto – realização de um grupo ou de um indivíduo.

Assim sendo, Midgley (1995; cit. Payne, 2002, pp. 290-292), categoriza as estratégias do desenvolvimento social em três níveis:

1. *“Estratégias individualistas cujo objetivo é ajudar as pessoas a contarem consigo próprias e a tornarem-se independentes, embora não necessariamente auto – interessadas;*

2. *Estratégias coletivistas têm um sentido comunitário. Partem do princípio de que as pessoas nos grupos sociais existentes podem-se organizar de forma a ir ao encontro das suas necessidades e a obter controlo sobre os recursos e as questões que confrontam;*

3. *O governo também empreende globalmente um trabalho de desenvolvimento. As abordagens estatais defendem que assim deve ser porque o Estado incorpora interesses e aspirações sociais do seu povo.”*

Payne (2002) refere que as três abordagens são absolutamente necessárias para o desenvolvimento económico e social, assim como é necessária a coordenação de esforços de desenvolvimento económico e social por parte das organizações formais e estruturas sociais. Neste sentido, sugere-se a utilização de fóruns de planeamento social de forma a assegurar que o desenvolvimento económico tenha um benefício direto para o bem – estar social.

Concluindo, as teorias do desenvolvimento social e comunitário focam a atenção do trabalhador social para a ajuda dos oprimidos, do público desfavorecido, enquanto a teoria dos sistemas foca a intervenção mais no campo interpessoal. No entanto, a perspetiva do desenvolvimento social e comunitário tenta promover a ordem social existente.

2.2.3. Teoria da capacitação e da advocacia

Subscrevendo Payne (2002), a capacitação “*procura ajudar os clientes a conquistar poder de decisão e de ação sobre as suas próprias vidas através da redução do efeito de bloqueios sociais ou pessoais ao exercício do poder existente, aumentando assim a capacidade e a auto-confiança para utilizar o poder e transferir o poder do ambiente para os clientes.*” Já a advocacia “*procura representar os interesses de clientes impotentes junto dos indivíduos e estruturas sociais mais poderosas*” (Payne, 2002, p.365).

Nesta linha de pensamento e do ponto de vista ideológico, a capacitação é associada muitas vezes à capacitação política procurando dar responsabilidade aos indivíduos para que estes procurem a satisfação das suas necessidades. Já a advocacia aparece associada ao campo legal. Este termo de “advocacia” é utilizado pelos advogados quando eles, em tribunal, representam os seus clientes (Payne, 2002).

Cronologicamente, a teoria da capacitação e da advocacia teve o seu auge nos anos 80 e 90. A discussão teórica sobre estes conceitos e teorias tem envolvido diversos autores como Furlong (1987), Russel – Erlich e Rivera (1986) Ntebe (1994) e Rees (1991). Segundo este último autor, o objetivo máximo da capacitação é atingir a justiça social (Payne, 2002).

Muita desta discussão relaciona-se claramente com a discussão das teorias do desenvolvimento social e comunitário nomeadamente no que diz respeito às mudanças de serviços através da promoção de campanhas de grupo como referem Croft e Beresford (1994; cit. Payne, 2002).

A capacitação pressupõe a participação dos públicos e neste sentido, os mesmos autores defendem que a “*abordagem participativa é valiosa uma vez que as pessoas querem e têm o direito de estar envolvidas nas decisões e ações tomadas relativamente a elas*” (Payne, 2002, p. 373).

Este envolvimento reflete a base de valores democráticos do trabalho social; aumenta a responsabilidade e ajuda a atingir os objetivos do trabalhado social (Payne, 2002).

Para a prática da advocacia e capacitação subscrevemos Rose (1990; cit. Payne, 2002, p. 375) que define três princípios básicos:

1. Contextualização – parte do princípio que o trabalhador social deve ter um entendimento sobre o “ser social” do cliente e não dos pressupostos ou políticas. Sugere-

se que o foco do diálogo seja no cliente a quem deve ser dada a possibilidade de se exprimir, elaborar e refletir sobre os seus sentimentos.

2. Capacitação – os trabalhadores sociais apoiam o cliente na identificação do leque total de possibilidades que podem ir ao encontro das necessidades do cliente permitindo uma tomada de decisão mais consciente.
3. Coletividade – tem como objetivo ligar os clientes a relações sentimentais de isolamento.

Concluindo, a advocacia aparece muitas vezes associada à defesa dos direitos sociais. A ideologia da advocacia e da capacitação aparecem como ideologias de tratamento radicalmente diferentes porque o *“poder é dado pelo trabalhador social deixa o poder com o trabalhador social. Os clientes devem tirar o poder, e é o papel do trabalhador social em organizar a resposta institucional que torna isso possível e leva a aceitar a ocorrência deste”* (Payne, 2002, p. 387).

2.2.4. Pontos de convergência entre as teorias do serviço social e a prática profissional

Do ponto de vista metodológico, este projeto abraça as diferentes teorias explanadas anteriormente, captando características destas teorias nas suas ações, missão e objetivos.

As metodologias participativas utilizadas procuraram ir ao encontro da teoria sistémica e ecológica, nomeadamente no que diz respeito à importância dada aos três tipos de sistemas informais, formais e sociais e à falta de capacidade das pessoas em situação de pobreza e/ou desfavorecimento social em utilizar estes sistemas ou, como nos diz a teoria ecológica, a falta de *“adaptação recíproca”* do indivíduo e do ambiente e vice versa. Foi ainda dada grande relevância à análise das redes nos sistemas de apoio social. Esta convergência pode ser observada na ação 1 (oficinas reflexão ação) e na ação 2 (workshops temáticos), a partir dos instrumentos e técnicas participativas análise swot, world café e role play.

Relativamente às teorias do desenvolvimento social e comunitário e às teorias da capacitação e advocacia, os pontos de convergência são ainda maiores. Desde logo, pelo contexto em que este projeto se insere, ano europeu de luta contra a pobreza e exclusão social – 2010, nomeadamente na sua principal missão que foi o de dar voz às pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social.

No que respeita a este projeto, objeto de estudo deste relatório, consideramos que os seus objetivos imprimem as características destas teorias. Por um lado, apelam à coesão de sete comunidades locais, colocando a tónica no desenvolvimento social e comunitário e na “*capacidade das pessoas trabalharem continuamente o bem – estar de si próprios e da sociedade*” (Payne, 2002, p. 284).

Por outro lado, a partir do desenvolvimento das suas ações e através da utilização das metodologias participativas já referidas, conseguimos envolver os diferentes *stakeholders* na elaboração de estratégias efetivas, participadas e territorializadas. Claramente, converge-se para as estratégias do desenvolvimento social nos seus três níveis:

- estratégias individualistas – visível mais nas ações com públicos em situação de pobreza e/ou exclusão (ações 2, 3, 4 e 5) nomeadamente no que diz respeito ao objetivo de ajudar as pessoas a contarem consigo próprias e tornarem-se independentes;
- estratégias coletivistas – quando são definidos estratégias e projetos comunitários partindo das necessidades das pessoas (ações 1, 2);
- estratégias que envolvem o papel do governo – quando disseminamos os resultados da participação dos públicos em forma de contributos e propostas de intervenção para a melhoria da ação do Estado enquanto promotor do desenvolvimento (ações 4, 5 e 6).

Por último, desde a missão, objetivos, metodologias, instrumentos e técnicas utilizadas e resultados percebemos claramente os pontos de convergência da teoria da capacitação e advocacia. Partimos do princípio de que a capacitação dos clientes (neste caso concreto referimo-nos aos parceiros dos CLAS, destinatários das ações 1, 3, 4, 5 e 6 e às pessoas em situação de pobreza e/ou desfavorecimento social, destinatários das ações 2,3,4,5,6) será a melhor estratégia para atingir a justiça social. Esta capacitação, tal como é referida nesta teoria, pretende atingir as mudanças de serviços através da promoção de campanhas e/ou apresentação de propostas concretas. Este lado mais ativista desta teoria é claramente transferido para o projeto “Luta contra a pobreza: um projeto novo de cidadania” a partir do exercício da advocacia. A entidade promotora deste projeto, assim como todos os parceiros envolvidos, procuraram representar os interesses dos seus clientes exercendo, de alguma forma, o poder da advocacia.

Capítulo II – Para uma Compreensão Concetual

A capacitação procura a participação dos públicos havendo um claro apelo da teoria da capacitação à abordagem participativa envolvendo todos nas decisões e ações tomadas e responsabilizando todos na luta contra a pobreza e exclusão social.

CAPITULO III. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUTOS PARA OPERACIONALIZAR METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A abordagem que as metodologias participativas pretendem introduzir nos sistemas sociais e nas organizações é claramente uma abordagem menos convencional privilegiando o modelo “*bottom-up*”, de “baixo para cima”. Neste sentido, tal como temos vindo a defender neste relatório, esta abordagem transmite uma visão do planeamento estratégico participativo.

Partimos assim do pressuposto, tal como defende Schiefer (2006), que há uma clara influência entre a abordagem da metodologia participativa no planeamento estratégico e no planeamento operacional. Ou seja, para utilizarmos as metodologias participativas no planeamento operacional partindo do pressuposto que a sua utilização será plena em eficácia e eficiência, então temos de ter um planeamento estratégico de suporte baseado, também ele, em metodologias participativas.

Subscrevendo-se Schiefer: “*A abordagem participativa, para o ser, tem de ser aplicada tanto a nível estratégico como a nível organizacional. Tal não significa que não seja possível utilizar a metodologia participativa apenas no contexto de planeamento operacional. Todavia, nestes casos, à partida, a participação já se encontra cercada por limites previamente estipulados. Isto é, se as linhas de orientação gerais já foram preestabelecidas, o alcance da participação é obviamente limitado*” (Schiefer e al, 2006, p. 24).

Partindo deste pressuposto, assumimos que a utilização das metodologias participativas num contexto de planeamento estratégico e operacional pouco participativo, é limitado e poderá, como vimos a partir da experiência relatada deste projeto, ter obstáculos e limitações.

Partindo desta base, a um nível macro sociológico e político, devemos contextualizar o momento em que vivemos na luta contra a pobreza e exclusão social.

Em 2013, a luta contra a pobreza e exclusão social em Portugal vive um período sem estratégia, sendo que todas as ações, programas, medidas e projetos tem como livro de cabeceira o Programa de Emergência Social (2011-2014) que, tal como o próprio nome nos indica, é um programa de atuação na emergência e urgência social. Este programa foi concebido numa altura em que o país sofre a intervenção da Troika, sendo que este programa, por ser de emergência, tem uma atuação no imediato e não estratégico.

Para além disso, este programa de emergência social advém do Programa Nacional de Reformas que os países sobre a intervenção da Troika tiveram que elaborar, mas sem um carácter vinculativo, o que significa que pode ou não ser apropriado pelos países, estando o seu cumprimento à mercê de cada país/ governo.

Esta contextualização é fundamental, porque esta realidade influencia claramente e tem consequências graves na forma como os territórios e organizações do Terceiro Setor atuam na luta contra a pobreza e exclusão social, muito particularmente no planeamento operacional referenciado por Schiefer (2006) e na utilização de estratégias e metodologias participativas que possam ser fatores de mudança social.

Neste sentido, a proposta que poderemos avançar já neste relatório é a elaboração participada, auscultando todos os atores chave, neste processo (cidadãos em situação de pobreza e exclusão social, sociedade civil, organizações do terceiro setor, entidades públicas e privadas de diversas áreas), de uma Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social. Esta estratégia deve ser monitorizada por uma *task force* com elementos de todos os atores chave estando sempre em aberto a sua revisão e alinhamento devido às movimentações do desenvolvimento territorial ao nível macro e micro.

A implementação desta estratégia de forma participada permitirá, ao nível nacional e local, uma maior co-responsabilidade e compromisso na luta contra a pobreza e exclusão social porque vai permitir evidenciar as potencialidades do trabalho em rede e em parceria, tal como descrevemos neste relatório no capítulo 2.1. Esta será a base para o exercício de uma verdadeira cidadania ativa inspirada na democracia participativa e trabalhando a partir da participação do ponto de vista comunitário, cidadã, social e política e o *empowerment* das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, nomeadamente as componentes do *empowerment* individual referenciadas por Francisco Branco (2009): participação, componentes práticas, auto estima e consciência crítica.

Na linha de pensamento de Francisco Branco (2009), ao empoderarmos o indivíduo, estamos a trabalhar os recursos do indivíduo e do território, levando desta forma ao empoderamento comunitário.

Neste sentido, e perante este conjunto de pressupostos que constroem o nosso cenário, é possível utilizarmos as metodologias participativas no seu pleno, uma vez que estas terão o resultado a que elas se propõem: apoiar a população alvo a estruturar o seu próprio programa de desenvolvimento.

As metodologias participativas aparecem-nos como a via para atingirmos um fim que é fazer da luta contra a pobreza e exclusão social uma estratégia de proximidade envolvendo todos, nomeadamente as pessoas que experienciam ou experienciaram situações de pobreza e exclusão social e assumindo o princípio da participação como transversal a todas as medidas e programas.

A experiência do Projeto “Luta contra a pobreza: um projeto novo de cidadania” faz-nos refletir em alguns pressupostos anteriormente mencionados.

Este projeto decorreu em plena comemoração do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, sendo que em Portugal e Europa foi apresentada, no mesmo ano, a Estratégia Europeia 2020 como documento de estratégia de crescimento da Europa para a próxima década com vista (entre outros objetivos), a retirar da pobreza e exclusão social 20 milhões de pessoas. Este indicador foi lançado tendo como base estatísticas de pobreza desatualizadas. Ou seja, em 2013, três anos passados sobre a definição deste indicador, e com o agravar da crise económica e social, o país e a Europa tem como meta dados estatísticos desatualizados sobre a pobreza e exclusão social. Na mesma altura, 2010, Portugal elaborou o Programa Nacional de Reformas para operacionalizar a Estratégia 2020. Contudo, este programa está direcionado para o crescimento e não, especificamente, para o combate à pobreza e exclusão social.

A partir desta revisão cronológica dos acontecimentos, podemos então concluir que em plena execução deste projeto, assim como em pleno Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, não havia uma estratégia europeia e nacional para o combate à pobreza e exclusão social, como não há até hoje. Assim sendo, o planeamento estratégico não contemplou a luta contra a pobreza e exclusão social como prioridade.

Relativamente à elaboração da candidatura do projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania” não foi possível tornar a elaboração desta candidatura participada como era desejável, uma vez que a entidade promotora do PNAECPES apresentou prazos demasiado curtos e já com atrasos ao nível da sua execução. No entanto, dada a experiência de terreno do Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal, eram já conhecidas objetivos e estratégias prioritárias sinalizando-se um conjunto de prioridades que fossem ao encontro das necessidades dos territórios.

Neste sentido, o processo de participação foi condicionado por estes obstáculos ao nível do desenho participativo de programas e estratégias macro e ao nível do desenho e auscultação de atores chave e parceiros para o processo de candidatura do projeto ao

nível micro. Outro obstáculo reconhecido por este projeto foi a falta de orientação estratégica ao nível do programa Rede Social.

Tal como já indicamos, neste período, já não havia PNAI e uma vez que também não havia nenhuma estratégia orientadora para o programa Rede Social, os vários CLAS com quem trabalhamos tinham dificuldades e limitações notórias ao nível do planeamento, da informação, da auscultação dos públicos e da utilização de métodos e técnicas participativas, nomeadamente na falta de frequência e inexistência que as Redes Sociais tinham em utilizar estes métodos participativos como instrumentos de trabalho.

Nos instrumentos participativos: análise *swot* e grelhas de orientação, utilizadas na ação 1, os resultados para a realidade empírica apresentados e já descritos no capítulo 1 deste trabalho foram:

- Dificuldade técnica em construir análise *swot*;
- Dificuldades no preenchimento de grelha, nomeadamente campos técnicos como definição de indicadores, metas e resultados;
- Dificuldades dos participantes pensarem na lógica de projeto e em priorizar ações.

Estes resultados refletem claramente o desconhecimento técnico em áreas fundamentais do planeamento, obstruindo a utilização de metodologias participativas com resultados verdadeiramente eficazes para a luta contra a pobreza e exclusão social. Ainda assim, a utilização das metodologias participativas por este projeto e nas ações referidas, contribuíram para que todos os territórios envolvidos ficassem com um documento de diagnóstico e discussão da problemática / tema discutido e participado por todos.

Outro obstáculo à utilização das metodologias participativas no seu pleno foi:

- O fraco envolvimento de alguns parceiros na mobilização dos atores do concelho, nomeadamente na captação de públicos e na não motivação dos mesmos. Este obstáculo foi verificado nas várias ações, com destaque para as ações 1 e 2.
- Insuficiente transmissão de informação / comunicação em algumas redes sociais e parceiros.

Estes obstáculos tiveram como consequência a não continuidade e replicação do projeto desenhado pelos próprios territórios em alguns concelhos, nomeadamente o não aproveitamento dos projetos / ações delineados em parceria no pós 2010, incluindo-os nos planos de ação das Redes Sociais. Neste sentido, foi feita a auscultação participada dos parceiros, sendo eles pessoas em situação de pobreza e/ou membros dos CLAS, mas

não foi dada continuidade às suas ideias de projeto, em alguns territórios. Foram criados os espaços / momentos de participação pelo projeto mas, em alguns casos, não foi dada a sua continuidade pelas Redes Sociais. Para esta realidade, contribuíram aspetos de ordem estratégica como a falta de planeamento estratégico e de uma estratégia orientadora participada e monitorizada, mas também contribuíram aspetos de ordem técnica como desconhecimento e falta de utilização de metodologias participativas direcionadas para a auscultação e empoderamento de públicos.

Em suma, as metodologias participativas podem ser uma alavanca para o combate à pobreza e exclusão social de forma eficaz e séria. Contudo, as metodologias participativas perdem a sua força quando não estão reunidas todas as condições referenciadas, ou seja, definição e monitorização de estratégias de planeamento europeias, nacionais e locais de forma participada de luta contra a pobreza e exclusão social e planeamento operacional tecnicamente insuficiente.

Neste sentido, apresentam-se algumas pistas de investigação - ação para contribuir para a utilização das metodologias participativas de forma eficaz na luta contra a pobreza. Ao nível estratégico:

- Priorizar os objetivos de luta contra a pobreza e exclusão social na agenda política europeia, nacional e local, desenhando e implementando uma Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social; esta Estratégia deverá fazer parte do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020) e a sua elaboração, implementação e monitorização deverá contar com uma ampla participação da sociedade civil e, muito particularmente com aqueles que vivem situações de pobreza;
- Criar uma plataforma unificada do terceiro setor que se constitua como um verdadeiro parceiro negocial relevante na elaboração de políticas sociais e como voz ativa na formação de opinião pública, contribuindo para a desconstrução de estereótipos sobre as pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- Implementar o sistema de “*poverty proofing*”, que é o processo através do qual os departamentos governamentais, as autoridades locais e as agências estatais avaliam políticas e programas relativamente ao impacto que se espera ter, ou que já tiveram sobre a pobreza e exclusão social visando a redução das mesmas;

- Promover abordagens pro – ativas nas instituições do terceiro sector numa perspectiva de prevenção dos fenómenos e não numa atuação de emergência;
- Garantir a sustentabilidade das intervenções pela via da capacitação das comunidades e territórios e no mesmo sentido criando condições ao desenvolvimento dos territórios promovendo a qualificação de pessoas, acessibilidades intermunicipais, criando e disseminação de e apoio respostas intermunicipais.

Ao nível mais operacional:

- Construir um novo projeto democrático de democracia participativa, tornando a democracia local mais acessível e relevante de forma a fortalecer a capacidade de combater a exclusão social. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social sejam ouvidas e incluídas. Para isso, é necessário ter uma sociedade civil mais informada, mais pró-ativa e capaz de se manifestar de forma firme e esclarecida. Esta sociedade civil deve ser construída a partir das gerações mais novas, educando e formando para a cidadania;
- Desenvolver observatórios locais de luta contra a pobreza capazes de elaborar diagnósticos sobre os perfis da pobreza local e fundamentarem a elaboração dos seus planos estratégicos de requalificação económica e social e permitindo uma avaliação da eficácia da intervenção do governo local nestes domínios;
- Rever o modelo de representação implementado nas Redes Sociais no sentido de diminuir a sua dependência face às Câmaras Municipais, flexibilizando a constituição dos seus órgãos diretivos e prevenindo a reprodução de relações de poder decorrentes dos processos de tomada de decisão;
- Atribuir equipas técnicas próprias às Redes Sociais, designadamente recursos humanos tecnicamente capazes e sustentar as suas exigências conceptuais, analíticas, de planeamento, execução e avaliação;
- Promover uma verdadeira participação que dê voz, que liberte e que alimente a autonomia e assertividade numa lógica de aprendizagem mútua;

- Criar condições de empoderamento de pessoas em situação de pobreza promovendo a capacitação e autonomia dos cidadãos a partir do empoderamento individual e comunitário;
- Divulgar e disseminar as respostas aos problemas da pobreza e exclusão social através das autarquias, administração local, organizações do terceiro sector numa lógica de complementaridade e de reflexão crítica sobre as respostas.

A expectativa, a partir deste relatório, é que tenha sido dada uma contribuição para a compreensão das metodologias participativas como um instrumento, uma estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social. Devem ser a abordagem a seguir se queremos sair da abordagem convencional e apostar na abordagem “*bottom –up*”. Contudo, é necessário efetivar um conjunto de pressupostos para que o trabalho em rede, em parceria, a participação, a cidadania, o *empowerment* e as metodologias participativas funcionem e atuem na sua verdadeira essência, fazendo valer as suas imensas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aires, S. (2010). Pobreza e Exclusão. In Cristóvão; Gonçalves, H. & Oliveira, C. (Eds). *Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social* (pp. 109-114). Vila Real: Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal.

Amaro, M. (2008). Os campos paradigmáticos do serviço social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus Soci@l*, 1, 65-80.

Branco, F. (2009). Acção Social, Individuação e Cidadania: A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social Activo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 17, 80-91.

Caria, T. (2005). *A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras*. Porto: Afrontamento.

Castells, M. (2000). *A sociedade em rede, a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: ed. Paz e Terra.

Coelho, J. (2005). *Facilitar a Participação*. Montoito: Aliende.

Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Costa, A. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Cristóvão, A. (2010). Estratégias locais, territoriais globais. In Cristóvão; Gonçalves, H.; Oliveira, C (Org) *Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social*. (pp. 115-122). Vila Real: Núcleo Distrital da EAPN Portugal.

Dias, N. (2008). Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo, *e-cadernos ces*, 1, 183-205.

EAPN Portugal (2011). *Guia Metodológico sobre a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social*. Redação nº 9. Porto: EAPN Portugal.

EAPN Portugal (2013). *A Pobreza e a Democracia são incompatíveis: mensagem do dia internacional para a erradicação da pobreza*. Porto: EAPN Portugal.

EAPN Portugal (2013). *Apelo da EAPN Portugal às eleições autárquicas 2013*. Porto: EAPN Portugal.

Estivill, J. (2003). *Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

Franco, A. (2010). *2009: 10 escritos sobre redes sociais*. São Paulo: Escola de Redes.

Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta editora.

Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: editora Atlas.

Gonçalves, H. (2010). Estratégias colectivas de governação local no campo social. In Cristóvão; Gonçalves, H.; Oliveira, C (Org) *Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social*. (pp. 17-35). Vila Real: Núcleo Distrital da EAPN Portugal.

Gonçalves, H. (2011). *Estratégias colectivas de governação local no campo social: alcances e limites*. (Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Salamanca. Espanha).

Gonçalves, H. & Cristóvão, A. (2012). Empoderamento de comunidades (em territórios rurais) e ação coletiva nas políticas locais. In Cebolo, C.; Pereira, J., Lopes, M. (Coord). *Animação sociocultural e Intervenção socio comunitária: Democracia, Cidadania e Participação*. Chaves: Intervenção Associação para a promoção e divulgação cultural.

Referências Bibliográficas

Gonçalves, H.; Costa, A. & Cristóvão, A. (2013), Empoderamento de comunidades rurais como prática de revitalização de aldeias. Comunicação no 19º Congresso da APDR, Braga: Universidade do Minho.

Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma sociologia de ação*. Cascais: Principia.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo* (1ª ed.). Cascais: Principia.

Martins, C. (2002). Notas sobre a noção da prática de Pierre Bourdieu. *Novos Estudos CEBRAR*, 62, 163-181.

Neves, T. (2010). Acção local no combate à Pobreza e Exclusão Social. *Educação Sociedade e Cultura*, 32, 201-210.

Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal (2011). *Relatório de Avaliação Final do Projeto Luta Contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania*. Vila Real: EAPN Portugal.

Núcleo Executivo da Plataforma Supra Concelhia do Douro (s./d.). *Diagnóstico da Plataforma Supra Concelhia do Douro*.

Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto.

Putnan, R. (2005). *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora.

Quivy e Campenhout (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Schiefer, U.; Bal-Dobel, L.; Batista, A.; Dobel, R.; Nogueira, J. & Teixeira, P. (2006). *MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos* (1ªed.). Cascais: Principia.

Referências Bibliográficas

Schiefer, U.; Teixeira, P. & Monteiro, S. (2006). *MAPA – Manual de facilitação para a gestão de eventos e processos participativos* (1ªed.). Cascais: Principia.

Silva, P.; Sacramento, O. & Portela, J. (2011). *Etnografia e Intervenção Social: por uma praxis reflexiva*. Lisboa: edições Colibri.

Sousa, L.; Hespanha, P.; Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: desafios à intervenção social* (1ª ed.). Lisboa: Climepsi editores.

Veiga, F. & Lopes, R. (2007). *MATER- manual de trabalho em rede*. Porto: EAPN Portugal.

SITES WEB CONSULTADOS:

Ostrom, E. (s.d.) consultado na world wide web a 20 de outubro de 2013, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Elinor_Ostrom

CIARIS (s.d.) consultado na world wide web a 23 de novembro de 2013, em: <http://www.ciaris.org/community/library/methodology/18>

ANEXOS

ANEXO 1

Exemplo de Análise Swot realizada por cada Rede Social para cada problemática

Objetivo	Elaboração da Análise Swot da problemática para auxiliar o facilitador
Problemática	Violência Doméstica na perspectiva dos recursos e respostas.
Ação	1 – Oficina Reflexão – Ação
Concelho	Peso da Régua
Data de entrega do documento	7 de Maio (via email)
Documento Realizado por:	(nome da técnica responsável)

Observações: esta análise deve ser feita com o maior rigor possível indicando-nos sempre tudo aquilo que vocês, enquanto animadores do território, percebem e consideram relevante para melhorarmos a intervenção da Oficina no concelho. Por exemplo devem referir projetos, ações que decorreram ou que vão decorrer no âmbito da problemática que vamos tratar para que possamos sempre trabalhar com os recursos e projectos que já foram feitos e que já tiveram um resultado.

Perspectiva Interna:

1. As **FORÇAS** pretendem responder a estas questões: Que vantagens têm os stakeholders do concelho em discutir esta problemática? O que o concelho (stakeholders) já tem feito sobre esta problemática e que poderá ser uma mais valia? Que recursos já temos e que poderemos aproveitar?
2. As **FRAQUEZAS** ou pontos a melhorar pretendem ir ao encontro das questões: o que pode ser melhorado nesta problemática tendo em conta o diagnóstico? O que esta problemática deve evitar? O que já foi feito para ir ao encontro desta problemática e que correu menos bem?

Perspectiva Externa:

3. As **OPORTUNIDADES** consistem nas áreas em que a problemática deve direccionar os seus esforços de modo a aproveitar as condições favoráveis à sustentabilidade da estratégia encontrada. As oportunidades estão muitas vezes associadas a mudanças tecnológicas, mudanças nos mercados, mudanças na política do governo, mudanças nos padrões sociais, perfis da população e estilos de vida.
4. As **AMEAÇAS** ou riscos traduzem-se nos potenciais obstáculos que a estratégia encontrada terá de enfrentar ao longo do seu percurso de vida.

ANEXO 2

GRELHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO (OFICINAS REFLEXÃO ACÇÃO)

1. Nome da Acção / Estratégia / Projecto
2. Objectivos Gerais
3. Objectivos Específicos
4. Descrição das Acções
5. Descrição da execução
6. Indicadores
7. Meios de Verificação
8. Recursos
9. Factores Externos
10. Cronograma
11. Parcerias

Ficha Técnica da Oficina:

Acção nº – Oficina Reflexão – Acção

Local:	
Título:	
Data:	
Horário:	
Facilitador:	
Relatora:	

ANEXO 3

GUIÃO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
(HISTÓRIAS DE VIDA)

Caracterização pessoal/identidade	<ul style="list-style-type: none">• Nome• Idade• Data de Nascimento• Estado Civil• Naturalidade• Nacionalidade• Habilitações Académicas• Instituição onde trabalho (caso se aplique)
Trajecto na infância, adolescência / escola	<ul style="list-style-type: none">• Como foi passada a Infância• Origens sociais – quem eram os pais (profissão, formação escolar, património)• Como foi passada adolescência• Trajecto escolar
Inserção no Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Quando surgiu o primeiro emprego• Quanto tempo durou• Qual era o contrato de trabalho/precariedade• Trabalhos subsequentes• Situação de desemprego• Qual a situação que vive neste momento• Que tem feito para ultrapassar• Que meios de ajuda têm? São suficientes?• Condições de habitabilidade, económica e social
Vida afectiva	<ul style="list-style-type: none">• Situação actual• Caso exista, o que faz o parceiro/a• Papel do parceiro para a resolução (ou agravamento) dos problemas• Passado afectivo – situações traumáticas
Hábitos de vida	<ul style="list-style-type: none">• Álcool• Drogas• Jogo <p>(situações que possam levar à pobreza)</p>

ANEXO 4

QUESTÕES PARA DEBATE - Seminário “Estratégias Locais, Territórios Globais”

Painel de Debate 1 – Violência Doméstica | Alcoolismo | Sem abrigo

1. Sabemos que muitas vezes temáticas como a violência doméstica, problemas ligados ao álcool e sem abrigo são problemáticas associadas entre si. Em 3 territórios (Peso da Regua, Sabrosa e Vila Real, respectivamente) definiu-se estes temas como prioritários sendo uma prioridade definir uma estratégia de intervenção baseada num diagnóstico. Consideram necessário começar por um diagnóstico nestes territórios? Porquê?
2. Este diagnóstico deve ser participado ou deve ser feito apenas pelos técnicos do terreno?

Painel de Debate 2 – Emprego | Desemprego e Igualdade do Género

1. Para combater o desemprego é necessário criar emprego. Como vêem a possibilidade de poderem criar o vosso emprego, serem empreendedores? Como técnicos ou beneficiários de prestações sociais o que podem fazer para criar emprego?
2. Se lhes pedissem para desenvolverem um plano de emprego para os vossos territórios, em que áreas apostariam? Este plano de emprego deve ser feito em parceria com outros sectores como turismo, acção social, justiça, etc?
3. Para diminuir as desigualdade de género, o que as entidades patronais devem fazer a fim de tornar possível a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar?

Painel de Debate 3 – Participação | Pobreza e Exclusão

1. Hoje as políticas prevêm a participação colectiva nos processos locais mas na prática continuam a observar-se falhas e apatia de alguns parceiros. Estará esta participação a ser implementada correctamente?
2. Como participam os parceiros e em que espaços?
3. A participação de Pessoas em Situação de Pobreza e a participação das comunidades poderá permitir apoiar os técnicos nas pontes para a inclusão sócio – laboral. De que forma as pessoas poderiam participar? Como técnicos, dirigentes ou beneficiários o que podemos fazer para participar?

Painel de Debate 4 – Comportamentos Desviantes em Jovens | Competências Pessoais, Sociais e Relacionais

1. Consideram que as famílias precisam de ajuda para educar as suas crianças e jovens no que diz respeito à agressividade e violência? Ou a escola deverá assumir toda a responsabilidade e será ela a precisar da ajuda dos pais?
2. Para combater a delinquência juvenil, violência escolar, desmotivação académica e consumos de substâncias quais são as estratégias que as escolas e famílias devem assumir? Qual o papel dos

Anexos

diferentes profissionais? O que parece funcionar e que pode ser feito pelos profissionais? O que não funciona? Que formação é necessária para fazer estas estratégias de intervenção?

3. Considera que trabalhar as competências do indivíduo ao nível pessoal, social e relacional vai ajudar esse indivíduo a superar e enfrentar situações de risco de pobreza e exclusão? Em que medida?